



## **ANAIS - RESUMOS EXPANDIDOS**

### **SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DE NATUREZA**

**Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

#### **Comissão Organizadora**

Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques (FFLCH - USP)

Profa. Dra. Carina Inserra Bernini (UDESC / Pós Doc - DG - FFLCH - USP)

Doutoranda Adriane de Sousa Camargo (FFLCH - USP)

Dr. Andrei Cornetta (Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH - USP)

Me. Eduardo Castro (Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH - USP)

Dr. José de Sousa Sobrinho (Pós Doc - DG - FFLCH - USP)

Mestrando Ladislau Pereira Sanders Filho (FFLCH - USP)

Profa. Dra. Lucia Cavalieri (FEUFF)

Mestranda Pietra Cepero Rua Perez (FFLCH - USP)

Realização:



Apoio:



**ANAIS – SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DE NATUREZA (resumos expandidos)**

**Organização:**

Carina Inserra Bernini

Eduardo Castro

Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo, 2017

FFLCH / USP

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>SESSÃO TEMÁTICA 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO AMBIENTAL</b> .....	8
A Cosmopolítica da Selva Vivente: Uma Aproximação à Proposta de Sarayaku .....	9
Marina Ghirotto Santos	
A Natureza e o Agronegócio: a Produção dos Territórios Quilombolas no Mato Grosso do Sul .....	12
João Batista Alves de Souza	
A Questão Ambiental e as Conquistas da Sociedade Civil: Construção de um Movimento Ambientalista na China Atual .....	15
Mariana Delgado Barbieri & Leila da Costa Ferreira	
Aspectos Socioambientais das Territorializações em Disputas no Oeste da Bahia.....	18
José de Sousa Sobrinho	
Grilagem para Principiantes: Guia de Procedimentos Básicos para o Roubo de Terras Públicas.....	21
Mauricio Torres	
Índios Urbanos de Altamira: Novas Territorialidades Indígenas em Face da Hidrelétrica de Belo Monte.....	25
Márcia Pires Saraiva	
Transamazônica, UHE Tucuruí e os Parakanã: Conflitos e Desterritorialização .....	28
Rodrigo Wienskoski Araujo	
Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais, Contradições entre Sustentabilidade Ambiental e Social na Produção do Mundo da Sustentabilidade .....	31
Edvaldo Cesar Moretti	
<b>SESSÃO TEMÁTICA 2 – GEOGRAFIA – SOCIEDADE E NATUREZA</b> .....	34
A Dicotomia Nossa de Cada Dia: a Subutilização do Ensino de Geografia nas Questões Ambientais .....	35
Aline Barbosa da Silva Gonçalves; Renata Paulino Henrique Cazé; Maylta Brandão dos Anjos	
A Natureza e a Paisagem em Alexander Von Humboldt: uma Contribuição à Geografia Ambiental.....	39
Filipe Borba de Moura & Danilo Cardoso Ferreira	
A Natureza e o Urbano em um Contexto de Metropolização do Espaço. um Ensaio Introdutório.....	42
Ernesto Gomes Imbroisi	

A Necessidade de Conservação Ambiental e a Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal-MS .....	45
Cecilia Aparecida Costa	
A Produção da Natureza e o Lugar da Natureza no Capitalismo: uma Reflexão Crítica a partir de Neil Smith .....	47
Pietra Cepero Rua Perez	
A Produção de Territórios no Pantanal Transfronteiriço (Brasil, Bolívia E Paraguai) e as Práticas Conservacionistas: o Caso das Unidades de Conservação.....	53
Karoline Batista Gonçalves	
A Questão Ambiental no Ensino de Geografia: um Olhar da Ecologia Política e da Justiça Ambiental a partir da Pedagogia Freiriana.....	56
Leonardo Müller Pereira	
Área de Preservação Permanente (APP): Caracterização Socioambiental da Vila do Arvoredo, Florianópolis (SC).....	60
Giully de Oliveira; Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas; Mariane Alves Dal Santo	
Em Busca da Superação da Cisão entre Cultura e Natureza .....	66
Yanci Ladeira Maria	
<i>Ethos</i> Zeloso e Espaço Geográfico. Relação Dialógica entre Técnica e Ética a Partir da Visão Indissociável entre Natureza e Sociedade nas Ecovilas Genuínas .....	69
Severiano José dos Santos Júnior & Catherine Prost	
Geografia Política na Bacia do Prata: Assimetrias na Gestão de Recursos Hídricos e seus Reflexos na Contemporaneidade .....	73
Isabela Espíndola & Tatiana de Souza Leite Garcia	
Modernização Crítica, Crítica Social e a Naturalização na Urbanização Contemporânea	76
Anselmo Alfredo	
Natureza Espetacularizada no Pantanal/MS.....	78
Mara Aline Ribeiro; Ana Paula Correia de Araújo; Vinicius Carneiro	
Perspectivas para um Conceito Integrado de Ambiente na Geografia.....	82
Fernando Souza Damasco & Sandra Baptista da Cunha	
Produção da Natureza no Processo de Urbanização de Dourados-MS.....	84
Bruno Ferreira Campos	
Que Bonito é Esse? Disputas Territoriais em Terras do Agro-Eco-Turismo no Oeste de Mato Grosso do Sul .....	87
Ângelo Franco do N. Ribeiro	
<b>SESSÃO TEMÁTICA 3 – GRANDES PROJETOS E DISPUTAS TERRITORIAIS.....</b>	<b>91</b>
A silvicultura e os Conflitos Socioambientais de Uso da Terra no Distrito de Sanga em Niassa-Moçambique (África).....	92
Dércia Augusto Madede & Lindon Fonseca Matias	

Compressão e Apropriação do Tempo e do Espaço no Neoextrativismo: uma Crítica pela Ecologia Política e pelo Decrescimento.....	95
Felipe Milanez	
Comunidades Tradicionais, Movimentos Sociais e o Avanço dos Grandes Projetos de Desenvolvimento No Maranhão. ....	98
Josoaldo Lima Rego; Alexandry Castelo Branco; Rafael Barra Amador	
Desenvolvimento e Mononatureza: o Caso do Prosavana em Moçambique .....	102
Ângela Camana & Jalcione Almeida	
Movimentos Ambientistas e as Repercussões dos Megaprojetos no Brasil e na Bolívia .....	106
Suzana Cristina Lourenço	
O Caso da Fazenda Saracura: Conflito e Apropriação de Terras na Amazônia Brasileira .....	108
Maria Luíza Camargo	
<b>SESSÃO TEMÁTICA 4 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E NEGÓCIOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>111</b>
A Natureza “Protegida” como Estratégia de Acumulação: o Caso do Sul Chileno .....	112
Luis Fernando de Matheus e Silva	
A Profecia Sociotécnica: as Políticas de Prevenção e Monitoramento de Desastres no Contexto Municipal Brasileiro.....	115
Marize Schons	
Dos Créditos de Carbono aos Planos Urbanísticos de Perus: a Financeirização da Natureza e o Urbanismo Sustentável.....	117
Miguel Marques Crochik	
Mudanças Climáticas: Novas Abordagens para Novos Problemas .....	120
Lívia Preti Boechat	
O Discurso da Escassez e a Crise Hídrica na Região Metropolitana de São Paulo (2013-15) .....	124
Fabiano José Lopes Alves	
Valoração Ambiental e Pagamento por Serviços Ecossistêmicos na Economia Financeirizada .....	127
Laura Amaral Faria	

## APRESENTAÇÃO

O Seminário Perspectivas de Natureza promoveu o debate entre diferentes abordagens sobre a relação sociedade-natureza nas Ciências Humanas, e em especial na Geografia. A ideia foi refletir sobre a pertinência de novos e velhos aportes teóricos – considerando conceitos, categorias e métodos – para pensar processos relativos à questão ambiental na contemporaneidade. As atividades do seminário compreenderam conferências, mesas redondas, sessões temáticas e exposição de painéis, com a participação de convidados nacionais e internacionais.

Os Anais reúnem os resumos expandidos dos 36 trabalhos apresentados nas sessões temáticas e por meio de painéis. Os resumos estão divididos de acordo com os eixos temáticos para os quais foram encaminhados. Os eixos temáticos foram assim definidos:

1. Movimentos Sociais e Questão Ambiental: nesse eixo estão reunidas análises sobre a atuação de movimentos sociais que representam comunidades tradicionais camponesas e indígenas na luta pela manutenção de seus territórios e formas de apropriação da natureza, bem como de suas práticas de reprodução material e social.
2. Geografia - Sociedade e Natureza: congrega discussões epistemológicas acerca dos conceitos geográficos e o debate teórico-prático em torno da Geografia enquanto “ciência una” (para além da divisão entre física e humana), destacando as possibilidades de abordagem da Natureza como categoria de análise.
3. Grandes Projetos e Disputas Territoriais: esse eixo aglutina análises sobre os desdobramentos da implantação de grandes projetos, sejam eles de natureza produtiva ou infraestrutural, nas dinâmicas socioambientais, com destaque para a apropriação e usos da água, do solo e do subsolo.
4. Mudanças Climáticas, Políticas Públicas e Negócios Ambientais: reúne as discussões sobre como as repercussões das alterações climáticas no

**ANAIS – RESUMOS EXPANDIDOS**  
**Seminário Perspectivas de Natureza**  
**Departamento de Geografia – FFLCH/USP – 5 a 8 de Junho de 2017.**

funcionamento dos processos biofísicos tem levado a novas configurações políticas e econômicas; além de reflexões sobre a conformação das políticas públicas ambientais frente à pressão da “Economia Verde” e sobre como tais políticas se relacionam com a lógica mitigadora e das compensações ambientais.

Desejamos que tenham todos uma ótima leitura!

Comissão Organizadora do Seminário Perspectivas de Natureza.

**SESSÃO TEMÁTICA 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO  
AMBIENTAL**

## A COSMOPOLÍTICA DA SELVA VIVENTE: UMA APROXIMAÇÃO À PROPOSTA DE SARAYAKU

Marina Ghirotto Santos

**Palavras-chave:** cosmopolítica, povos indígenas, Equador.

Em 2008, o Equador viveu um momento ápice do chamado neoconstitucionalismo latinoamericano: aprovou uma nova Constituição que incorporou conceitos historicamente elaborados por povos indígenas no país, tais como a plurinacionalidade e o Bem Viver/Sumak Kawsay. Entretanto, na medida em que os conceitos foram também absorvidos por políticas de Estado, assumiram significados distintos daqueles originários. Dá-se, então, um cenário de alta conflitividade social e uma bifurcação entre o projeto político do governo de turno e aquele do movimento indígena (Schavelzon, 2015). Dentre os vários fatores, destacam-se os conflitos decorrentes do aprofundamento do extrativismo em ampla escala e sua sobreposição aos territórios e cosmologias dos povos. Nesta trilha, emergem novas propostas, dentre elas a do Kawsak Scha/Selva Vivente, do povo Kichwa de Sarayaku, região amazônica do Equador – tema deste artigo<sup>1</sup>. Segundo Sarayaku, o mundo é habitado por vários e distintos seres, humanos e não humanos, que se comunicam, concebem e apreendem o mundo de forma distinta da cosmologia ocidental. Em oposição à perspectiva ocidental, que trata a natureza como uma fonte inesgotável de recursos primários sujeitos à exploração e uso humano, o Kawsak Sacha é o reconhecimento de que a floresta é feita inteiramente de seres e das relações de comunicação estabelecidas entre si. Esses seres, desde as menores plantas até os mais supremos que protegem a floresta, são pessoas (runas) que habitam as cachoeiras, as lagoas, os pântanos, as montanhas e os rios. Estes seres vivem em comunidade (llakta) e desenvolvem sua vida de maneira semelhante ao ser humano. Em síntese, a Selva Vivente é um telar ecológico; o mundo natural é também um mundo social” (Sararayaku, 2015, p. 2). Caminhando

---

<sup>1</sup> O tema deste artigo faz parte de minha pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Como desdobramento de uma pesquisa de mestrado finalizado em 2015, contou com o financiamento, em tal ocasião, do CNPq.

entre o que poderíamos chamar de “politização da natureza” e a “des-naturalização da política” como domínio exclusivo dos humanos, a proposta tem sido apresentada em distintos espaços como o Estado, Nações Unidas e fóruns de discussão de ONGs na busca pelo reconhecimento político-jurídico da existência de diversos seres vivos para além do humano. Este movimento tem contribuído, assim, para um debate levado a cabo por décadas, no campo da antropologia, sobre a infertilidade da concepção de natureza como a metade transcendente da repartição moderna natureza-cultura para pensar outros domínios ontológicos (Schavelzon, 2016). Neste sentido, a proposta de Sarayaku contribui de forma decisiva para as discussões e práticas políticas pensadas em termos de *cosmopolíticas* (Latour, 2004; Stengers, 2014), isto é, de uma política que já não pode ser pensada sem ou em separado do cosmos.

Seguindo a proposição de Salvador Schavelzon (2016: 8), a cosmopolítica da Selva Viva não significa apenas um modo de existência em florestas ou comunidades afastadas ainda não alcançadas pelo poder da mercadoria, das políticas públicas ou as plantações. Está relacionada com uma abertura para sensibilidades e mundos outros, não modernos, ou de modernidades nas quais algo sempre escapa, com modos de vida ou racionalidades outras que, embora minoritárias, estão por toda parte e mostram sua vitalidade. Suas narrativas, práticas e categorias podem ser vistas como “ontologias políticas”: interpelam o debate sobre “mundos”, no qual a própria ideia de vida não é dada a priori. Desse modo, se quisermos manter o termo ocidental “natureza”, que nem sempre encontra tradução nas línguas indígenas, devemos lembrar que a “natureza” de uns não é a mesma que a “natureza” de outros. Ou que, ao fim e ao cabo, *coexistem mundos distintos* nas “palavras” natureza, ecologia, humanos, etc. Por essa razão, a aproximação à proposta de Sarayaku contribui, ainda, para o debate acerca dos avanços e limites do neoconstitucionalismo latino-americano para além da perspectiva totalizadora do Estado e dos governos de turno.

## **Referências**

LATOUR, Bruno. **“Whose Cosmos, Which Cosmopolitics? Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck”**. *Common Knowledge*, 10 (3): 450-462, 2004.

SARAYAKU. **Kawsak Sacha- Selva Viviente. Propuesta de los Pueblos Originarios Frente al Cambio Climatico.** COP 21, Paris, 2015.

SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir. Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes.** Quito: Abya Yala/CLACSO, 2015.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Revista de antropologia.** São Paulo: USP, 2016, v.59 n.3

STENGERS, Isabelle. La propuesta cosmopolítica. In. **Revista Pléyade.** Centro de Análisis e Investigación Política [CAIP]. n.14, p.17-41, 2014.

## A NATUREZA E O AGRONEGÓCIO: A PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO MATO GROSSO DO SUL

João Batista Alves de Souza<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Natureza; Territórios Quilombolas; Agronegócio.

O trabalho procura analisar as várias formas de resistência e a relação das Comunidades Remanescentes Quilombolas com a sociedade capitalista no estado de Mato Grosso do Sul, para isso, procuraremos elucidar a invisibilidade existente nesses territórios. Partimos da concepção de que os territórios quilombolas estão inseridos na política recente do governo federal que reconhece estas comunidades, conforme o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 que traz: Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Verifica-se que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos é atestada através da auto definição da própria comunidade, e que para a demarcação dessas terras são levados em consideração critérios de territorialidade apontados pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

O desafio aqui proposto não será apenas analisar a invisibilidade das comunidades Remanescentes Quilombolas no Mato Grosso do Sul, mas compreender a origem histórica dessas comunidades, sobretudo suas formas e “sinais” de resistência, tendo como cenário central a produção da natureza pelos agentes sociais envolvidos. Quando deparamos com a relação dos quilombolas e a natureza, percebemos que o contato dos escravos com a natureza no território brasileiro foi constituída através da exploração da matéria prima, ou seja, no auge do Ciclo da cana de açúcar onde ocorreu o processo de desmatamento de áreas significativas da Mata Atlântica e Caatinga, nesse sentido a relação estabelecida entre homem e natureza nos quilombos já não reproduziam a mesma relação existente no continente africano. Na obra O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21,

---

<sup>2</sup> Doutorando em geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Milton Santos e Maria Laura (p.32) nos apresentam a sucessão dos meios geográficos no Brasil, para os autores a escravidão e domínio são outros termos para contar a história colonial do território brasileiro, assim homens, plantas e animais de três continentes, sobre o comando dos europeus, encontram-se e, no seu convívio obrigatório, acabaram criando uma nova geografia nessa porção do planeta. Sabemos que as Comunidades Remanescentes Quilombolas passaram por um processo de interiorização, na medida em que eram perseguidos e ameaçados. (SANTOS e SILVEIRA, 2001 p.33) apontam que a interiorização do povoamento no território brasileiro foi devido a dois fatores principais; de um lado a mineração e de outro a criação de gado nas fazendas. A exploração dos diamantes e do ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbana no interior dos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Nesse aspecto podemos considerar que os primeiros grupos de escravos que chegaram ao Mato Grosso datam desse período. O trabalho tem como objetivo analisar o contexto sociocultural de resistência dos territórios quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul, identificando a invisibilidade das Comunidades Remanescentes Quilombolas, caracterizando a produção da natureza como alternativa ao modelo do capital hegemônico. Apresentar os níveis de invisibilidade das Comunidades Remanescentes Quilombolas sul mato-grossense. Identificar os “sinais” de resistência das Comunidades Remanescentes Quilombolas em Mato Grosso do Sul. Enunciar as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola nas CRQ do Mato Grosso do Sul. Verificar a produção da natureza nos Territórios Quilombolas do Mato Grosso do Sul. Para que possamos ter a compreensão da realidade vivenciada pelas CRQ's optamos em fazer as seguintes intervenções que nos permita analisar de forma aprofundada a realidade vivenciada atualmente no estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Batanero; Estepa; Godino (1991) no estudo dos dados a partir de todas as perspectivas e com todas as ferramentas possíveis, incluindo as já existentes. Teremos como propósito extrair toda a informação possível, gerar novas hipóteses no sentido de construir conjecturas sobre as observações que dispomos. Levantamento de dados e informações junto a (FCP) Fundação Cultural Palmares, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), IMNEGRA (Instituto da Mulher Negra do Pantanal) Corumbá – MS, cuja finalidade será analisar materiais que estejam relacionados, ao reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, a titulação dos territórios quilombolas, além da realização de

entrevistas com moradores das comunidades remanescentes as autoridades e responsáveis desses órgãos, dos quais podemos destacar: Revisão Bibliográfica de obras, dissertações, teses e artigos que discutem a temática proposta. Pesquisa de Campo nas das Comunidades Remanescentes Quilombolas na Região do Pantanal. A pesquisa esta na fase inicial, nesse contexto pretendemos compreender as relações do agronegócio com as comunidade remanescentes quilombolas no pantanal do Mato Grosso do Sul, que ao contrário das comunidades quilombolas existentes em outras regiões brasileiras, as CRQ's estabeleceram certa invisibilidade frente a realidade do modo de produção capitalista. Esta questão é evidente nos conflitos agrários existentes nas últimas décadas no estado, envolvendo em sua maioria a população indígena local e os latifundiários capitalistas. No caso do Pantanal Sul- Mato-Grossense, podemos observar que as Comunidades Quilombolas estabeleceram certa invisibilidade frente à realidade do modo de produção capitalista, ou seja, o que é produzido nos quilombos, dificilmente alcançará o mercado consumidor em grande escala, a produção agrícola e agropecuária está concentrada nas mãos dos grandes latifúndios e do agronegócio.

### **Referências bibliográficas:**

BRASIL. Decreto 4887/03 | Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. . Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acessado em 12 de junho. 2017.

BATANERO C.; ESTEPA A.; GODINO J.D. Análisis exploratorio de datos: sus posibilidades en la enseñanza secundaria. Suma, 9, 25-31. 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p.

SILVEIRA, Maria Laura. Tempo e espaço na geografia: dilemas e reflexões. Rev. geogr. Norte Gd. , Santiago, n. 54, p. 9-29, maio de 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022013000100002>>. acessado em 01 de junho. 2017.

**A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONQUISTAS DA SOCIEDADE CIVIL:  
CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA CHINA ATUAL**

Mariana Delgado Barbieri<sup>3</sup>

Leila da Costa Ferreira<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** China; Movimento Ambientalista; Sociedade Civil; Mudanças Climáticas

A China, o gigante asiático com enorme poderio econômico, representa hoje um grande risco aos limites planetários ligados à questão ambiental. Para sustentar um crescimento econômico de mais de 10% ao ano durante a década de 1990, o país ignorou as consequências ambientais que tal empreendimento traria, tanto localmente quanto globalmente. Poluição atmosférica, chuva ácida, poluição dos rios, erosão do solo e desertificação são os principais problemas ambientais enfrentados hoje.

Como resposta à fraca atuação do Estado frente às mudanças ambientais sofridas, o movimento ambientalista surge no início da década de 1990. Apesar do início tardio, se comparado a outros países, vem se desenvolvendo fortemente ao longo das últimas duas décadas. O que pretendemos nesse trabalho é compreender a evolução do movimento e a conquista de espaço para atuação, a partir de ampla revisão bibliográfica - de autores chineses que publicam em inglês e de especialistas americanos e europeus (HOWELL, 1995; JIE, 2006).

Dados indicam que até 2008 havia, formalmente registrados pelo Ministério de assuntos locais, 3.539 grupos ambientalistas, excluindo nessa soma as organizações formadas na internet ou as registradas como organizações econômicas. Estima-se que naquele momento mais de 2.000 organizações funcionavam de maneira ilegal, sem registro (XIE, 2011).

Com a expansão do acesso à internet, o número de associações com existência apenas virtual se ampliou durante toda a década de 2000, atraindo principalmente

---

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa Ambiente e Sociedade, NEPAM/UNICAMP. Mestre em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP. Agência de fomento: CAPES.

<sup>4</sup> Professora Livre-docente em Sociologia Ambiental, IFCH/NEPAM/UNICAMP.

juvens estudantes interessados em obter informações sobre meio ambiente, mas também como forma de divulgação das mobilizações promovidas por ONGs.

A partir de revisão bibliográfica e acesso a fontes primárias é possível avançarmos na compreensão da estruturação e organização do movimento ambientalista chinês, buscando a relação que se estabelece entre o movimento, a sociedade civil e o Estado.

Um primeiro ponto a merecer importante destaque é a questão do posicionamento das organizações não governamentais ambientalistas enquanto esfera intermediária entre a sociedade civil e o Estado. Recuperando a noção de ambientalismo autoritário podemos propor a ideia de que na ausência de espaço para uma atuação política do movimento ambientalista chinês, esse se molda ao ambientalismo autoritário do Estado e se distancia da atuação política direta. O que os movimentos propõem não são questionamentos das políticas adotadas pelo Estado chinês ou confronto político direto, o que temos na China é um ambientalismo dotado de delicadeza e suavidade, que foge dos conflitos políticos e é praticado à distância das direções políticas (HO, 2001; WU, 2009).

Diretamente relacionado com a estruturação do Estado e a constituição da sociedade civil, identifica-se que os movimentos ambientalistas, durante toda a década de 1990 e início da década de 2000, são caracterizados por uma grande concentração em Pequim e Shanghai, mas com difusão restrita no restante do país. Ademais, há uma fragmentação no movimento e a ausência de constituição de um movimento capaz de agir nacionalmente e representar interesses da sociedade chinesa como um todo.

Se alguns analistas defendem a fraca atuação e baixa capacidade de mobilização e liderança, outros acreditam que apesar da delicada situação política, os movimentos paulatinamente tem conseguido conquistar espaço na agenda política, apresentando suas intenções e reivindicações, alcançando seus objetivos e superando os desafios políticos (LUCOTTE, 2015).

Alterações profundas na relação atual entre Estado e sociedade civil, permitem identificar a década de 2000 como um momento de transição para um ambientalismo democrático. Esse é marcado pela participação pública em dois

níveis: no processo de participação política, em que paulatinamente a atuação pública é possível desde a identificação do problema, formulação de políticas e implementação delas, e no nível de participação, que passa de um baixo envolvimento público a um alto envolvimento, com constituição de fóruns deliberativos, influência direta nas legislações etc.

### **Referências Bibliográficas**

HO, P. Greening without conflict? Environmentalism, NGOs and Civil Society in China. *Development and Change*. Oxford: Blackwell Publishers, vol 32, 2001.

HOWELL, J. Prospects for NGOs in China. *Development in Practice*, vol. 5, n. 1, 1995.

JIE, C. The NGO Community in China. Expanding Linkages with Transnational Civil Society and Their Democratic Implications. *China Perspectives*. N. 68, nov/dec, 2006.

KUEN, S. La Participation du public em droit environnemental chinois. In: EBERHARD, C. *Traduire nos responsabilités planétaires. Recomposer nos paysages juridiques*. Bruxelles: Bruyland, 2008.

LUCOTTE, M. La Chine et l'environnement: pièce em quatre actes (tragédie ou comédie?). *VertigO – la revue électronique em sciences de l'environnement*, 2009. Disponível em: <http://vertigo.revues.org//7783> acesso em 01 de maio de 2015.

WU, F. Environmental Activism in China: 15 years in review, 1994-2008. Paper prepared for Harvard-Yenching Institute Working Paper Series. With author's permission, 2009.

XIE, L. China's Environmental Activism in the Age of Globalization. *Asian Politics & Policy*, Volume 3, Number 2, 2011.

## ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS TERRITORIALIZAÇÕES EM DISPUTAS NO OESTE DA BAHIA

José de Sousa Sobrinho<sup>5</sup>

**Palavras-Chave:** Oeste da Bahia, Agronegócio, Camponeses Geraizeiros, Aspectos Socioambientais.

Desde o início da década 1970, o Oeste do Estado da Bahia destaca-se como a região de grande e intensa expansão das relações de produção capitalista. Essa expansão constitui-se de políticas estatais que favorecem ao capital, por meio de incentivos fiscais e implantação da infraestrutura exigida pelo agronegócio. Dentre as mudanças provocadas por tais intervenções, destacam-se a intensa degradação ambiental que se realiza através do uso de técnicas modernas nos cultivos, sobretudo de grãos tornados commodities.

Utilizando-se das descobertas da revolução verde e dos vultosos financiamentos estatais intensificaram-se a expansão do modo capitalista de produção, ocupando sobretudo as áreas de terras planas (os chapadões) de fácil mecanização e dotadas de solos de fácil correção, sazonalmente utilizadas pelos camponeses geraizeiros, como terra de uso comum, com criatórios soltos e misturados. Isto provocou o acirramento dos conflitos com as comunidades que usufruíam e usufruem, pela via do trabalho familiar, das riquezas naturais/meios de vida existentes nas frações camponesas do território (SOUSA SOBRINHO, 2012). Os usos camponeses da terra têm propiciado ao cumprimento da função hídrica desempenhada pelas áreas encobertas pela vegetação dos cerrados (SILVA, 2000 & 2009) responsáveis pela recarga dos principais rios brasileiros e de seus respectivos afluentes. No caso estudado, isto ocorre com o Rio São Francisco, o qual recebe as águas de importantes rios da região, tais como os Rios Carinhanha, Corrente e Grande. No entanto, os usos capitalistas da terra em expansão caracterizam-se pelo arraso das

---

<sup>5</sup> Doutor em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP

riquezas naturais e isto tem provocado impactos consideráveis ao ambiente regional o que reflete na crise hídrica que recai sobre o Rio São Francisco nos dias atuais.

Ressalto os impactos provocados nos rios e aquíferos em função dos usos indiscriminados da água e sua contaminação por agrotóxicos; na fauna e na flora pelo desmatamento generalizado; nos solos pela mecanização, provocando a compactação. São comuns os casos de intoxicações de trabalhadores que se expõem às condições insalubres no trabalho.

Essa racionalidade produtiva expande-se por meio de práticas ilícitas e violentas na apropriação das terras públicas, desterritorializando as comunidades camponesas que há século as ocupam, gerando intensas disputas.

Por meio da grilagem e utilizando-se da violência, têm expulsado os camponeses geraizeiros de suas posses, alterando sobremaneira as costumeiras organizações sociais comunitárias. Isto tem provocado intensos conflitos entre os camponeses e as forças privatistas de suas terras e, apesar da violenta expansão intervencionista em marcha os camponeses organizados têm pressionado o Estado à investigação dos processos privatistas fraudulentos, e, a partir disto, vêm conseguido a retomada de partes significativas de seus territórios.

Analisei também o uso das riquezas naturais que fazem as referidas comunidades moradoras nas áreas ribeirinhas e entornos. Trata-se de um sistema agrícola que prima pelo uso racional das riquezas naturais, produzindo uma grande diversidade de alimentos saudáveis para o abastecimento familiar e comércio, sobretudo nas localidades próximas da região.

À luz da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, preconizada por autores como Rosa Luxemburgo, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, nesse estudo busquei desvendar os processos socioambientais concernentes às territorializações camponesas.

Na pesquisa recorri a trabalhos de campo e reporteime às estratégias de produção e reprodução socioterritorial engendradas pelas comunidades, em uma situação conflituosa com as forças do capital e do Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura Brasileira: transformações recentes*. In: ROSSI, Jurandy L. Sanches (org). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: LUZ, A. Cláudia; DAYRELL, Carlos. *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Rede Cerrado, 2000.

\_\_\_\_\_, Carlos Eduardo Mazzetto. *O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea, 2009.

SOUSA SOBRINHO, José de. *O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

## GRILAGEM PARA PRINCIPIANTES: GUIA DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA O ROUBO DE TERRAS PÚBLICAS

Mauricio Torres<sup>6</sup>

**Palavras-chave:** Amazônia; conflitos territoriais; grilagem; desmatamento.

Da artesanal caixa de grilos que oxidavam o papel conferindo-lhe aspecto envelhecido à sofisticação de modernas tecnologias de geoprocessamento, a facilitação estatal à apropriação ilícita das terras pela elite agrária brasileira é uma constante (IANNI, 1979; TORRES, 2012).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) define “Genericamente, toda a ação que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida em campo mediante a imissão na posse da terra” (INCRA/MDA, s/d: 12s). Entretanto, o saqueio de terras públicas é bastante mais elaborado e plural em seus protocolos.

A Amazônia concentra a maior parte das terras públicas não destinadas no país, seguramente, mais do que 80 milhões de hectares (TORRES, 2012). Por conseguinte, apinha também a maior concentração de processos de grilagem em curso, ou seja, aqueles que efetivam, hoje, o destacamento de imóveis do patrimônio público para titulação privada (BENATTI; SANTOS; GAMA, 2006).

A partir de uma perspectiva diacrônica, este artigo se propõe a elencar alguns dos principais protocolos de grilagem encontrados na Amazônia e, a partir de um enfoque contemporâneo, ater-se a programas estatais por onde, hoje, grileiros encontram as vias mais acessíveis para o saqueio de terras: o Programa Terra Legal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017). Instrumentos legítimos, instituídos legalmente, como recolhimento de impostos, cadastros fundiários e o CAR, uma vez que passíveis de serem praticados em terras griladas, revestem-na de um verniz de legalidade, além do que, não deixam de ser relações sociais que vão acumulando-se no processo da grilagem e tornando-o cada

---

<sup>6</sup> Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais na Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará -- PPGRNA/Ufopa.

vez mais irreversível e “a legalização do ilegal por decreto executivo, ato legislativo ou decisão judicial se torna inevitável. Nesse tipo de complicação, a fraude conta com a lei como cúmplice”, comenta Holston (2013: 189), em relação ao processo histórico da pilhagem de terras no Brasil.

Por fim, pretende-se pensar como a apropriação ilegal de terras públicas acaba por “legitimar-se” a partir do amplo consenso em favor da propriedade privada, como se apenas a partir dela pudesse haver um ordenamento do mundo, em uma leitura moderna do liberalismo clássico. Nesse mesmo viés, pode-se pensar em como o aparato jurídico-político construído em prol desses interesses excluem povos e comunidades tradicionais que se pautam no uso comum da terra, à medida em que o direito é restrito a *proprietários* e não por meio do reconhecimento.

Sob o auspício do consenso em torno da necessidade real de se promover a regularização fundiária na Amazônia, o governo federal instituiu parâmetros para a facilitação da alienação de terras públicas na Amazônia Legal, como se isso fosse sinônimo de regularização fundiária. Em 2009, por meio da Medida Provisória (MP) 458, sancionada na forma da lei ordinária 11.952/09, instituiu-se o Programa Terra Legal, consagrando a legitimação do “fato consumado”: indivíduos apropriam-se de terras públicas com a absoluta tranquilidade de saber que tudo será legalizado e, de fato, oportunamente surgem os instrumentos legais para legitimar a posteriori tais detenções. Com efeito, por meio desse Programa, permite-se, na prática, “legalizar” o saque praticado por grileiros de terras públicas nos estados amazônicos (CUNHA; TORRES; GUERRERO, 2010; 2011; TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017).

A obrigatoriedade do CAR foi instituída pelo polêmico Novo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651). Trata-se de um registro público eletrônico compulsório a todos os imóveis rurais. O cadastro teria a intenção de integrar as informações referentes aos parâmetros ambientais ao imóvel, “zoneando” as áreas de preservação permanente, reservas legais e outras. Entretanto, o ato do cadastro tornou-se um instrumento de apropriação ilegal de terras. A partir de um documento meramente declaratório, valorizou-se o cadastro como instrumento de comprovação de posse e, até, das respectivas consequências fundiárias (MARTINS, 2015), agindo ferramenta à “nova face da grilagem na Amazônia” (MOREIRA, 2016).

O cruzamento de dados de desmatamento, Terra legal e CAR, somados a dados de campo, apontam a falência desses mecanismos, também, na questão ambiental, de modo a permitir apontar que o desmatamento na Amazônia não se dissocia da grilagem. Torres *et al.* (2017) demonstram que os principais desmatadores, nos últimos três anos, em regiões de alto índice de degradação, não são produtores de nada, além de especulação imobiliária. Não têm um só boi registrado em seus nomes, como também não colhem sequer um grão de nada.

Nesse quadro, várias alas ambientalistas – amplamente conhecidas por dissociarem, em suas análises, os aspectos políticos e sociais dos aspectos ambientais – fazem uma aposta duvidosa. Acreditam que, por meio do Programa Terra Legal e da disseminação do CAR, haverá controle do dano ambiental. Trata-se de uma solução bem ao gosto dos setores neoliberais, que argumentam que só é possível haver ordem e democracia a partir da propriedade privada, que seria instaurada com o Programa Terra Legal (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017).

#### **Referências citadas:**

BENATTI, J.H.; SANTOS, R.A.; GAMA, A.S.P. 2006. *A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira*. Belém; Brasília: Ipam; MMA.

CUNHA, C.N.; TORRES, M.; GUERRERO, N.R. 2011. “Ri melhor quem grila por último: a MP 458 e as últimas artimanhas da grilagem na Amazônia”. *Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária / VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Belém: Universidade Federal do Pará.

HOLSTON, J. 2013. *Cidades insurgentes: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

IANNI, O. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

INCRA/MDA. *O livro branco da grilagem*. Brasília: MDA, [s.d.]. pp. 12s.

MARTINS, Pedro. 2015. “A corrida pelo Cadastro Ambiental Rural: mais tempo e mais questionamentos”. **Terra de Direitos**. 5 maio. Disponível em:

<<http://terradedireitos.org.br/2015/05/05/artigo-a-corrída-pelo-cadastro-ambiental-rural-mais-tempo-e-mais-questionamentos/>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

MOREIRA, Eliane. 2016. “Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia?” *Sítio da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente*. Belo Horizonte, 7 jul. Disponível em: <<http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

TORRES, M. 2012. *Terra privada, vida devoluta*: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. Tese (Doutorado em Geografia humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_; DOBLAS, J.; ALARCON, D.F. 2017. “*Dono é quem desmata*”: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo; Altamira: Urutubranco/Instituto Agrônômico da Amazônia.

## ÍNDIOS URBANOS DE ALTAMIRA: NOVAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS EM FACE DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Márcia Pires Saraiva<sup>7</sup>

**Palavras-chaves:** Índios urbanos; territorialidades indígenas; Hidrelétrica de Belo Monte; Altamira.

A hidrelétrica de Belo Monte, cuja história remonta à década de 1970, período do regime militar, figura atualmente entre as maiores hidrelétricas do mundo. Localizada no médio rio Xingu, mais precisamente na área conhecida como volta grande, a construção efetiva dessa hidrelétrica começa em 2011, sendo considerada uma das obras de infraestrutura mais importante dos governos Lula e Dilma. Apesar de ter uma potência instalada de 11.233 MW, projeta-se que sua capacidade média anual de geração de energia seja de apenas 4.428 MW, ou seja, 39% do potencial instalado, devido à redução da vazão do Xingu no período de junho a outubro, no chamado verão amazônico. É nesse processo de construção, marcado por drásticas transformações ambientais e pela recorrente violação de direitos humanos, que se configuram novos arranjos espaciais para a população indígena que reside na cidade de Altamira. Nesse trabalho, centra-se na investigação dessas mudanças desencadeadas por Belo Monte sobre esses indígenas urbanos, privilegiando as transformações que incidiram no modo de vida e as formas como esses indígenas têm se organizado em movimentos sociais e associações buscando garantir seus direitos. É importante destacar que a presença indígena no espaço onde se localiza a cidade de Altamira remonta ao século XVIII, quando foram criados os primeiros aldeamentos indígenas no Xingu. Patrício (2003), ao estudar os índios Xipaia e Curuaia, demonstra por meio da memória dos mais velhos as espacialidades construídas por esses indígenas onde hoje se localiza Altamira. Saraiva (2008), por sua vez, ao estudar os índios Juruna, aponta o quanto esses indígenas se apropriaram da história para afirmarem sua identidade na cidade e garantirem seus direitos. Assim, dentro desse contexto de formação histórica e espacial do município

---

<sup>7</sup> Professora da Faculdade de Geografia do Campus Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará. A pesquisa teve subsídios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBIC-UFGA.

de Altamira, destaca-se também o espaço indígena. Os povos indígenas sempre estiveram presentes nesse espaço. Forline (2008), em seu estudo sobre os Xipiaia e os Curuaia, destaca a memória desse grupo étnico como um elemento que pode contribuir para reconstruções históricas do espaço e Saraiva (2008) identifica na memória dos índios Juruna o quanto as lembranças de áreas verdes da cidade de Altamira demarcam um tempo em que podiam ainda manter um modo de vida que se assemelhava a vida na aldeia. Mas, com o passar do tempo, o espaço urbano de Altamira foi sendo transformado. As políticas de planejamento intensificadas a partir da década de 1960 foram alterando cada vez mais a vida indígena, tanto na cidade de Altamira, quanto nas terras indígenas. Mas poucas pesquisas focalizam esses indígenas e sua relação com a cidade. Daí a importância da presente investigação desenvolvida numa perspectiva qualitativa (MINAYO, 2000) através de pesquisa documental e bibliográfica e trabalho de campo. Dessa perspectiva, verifica-se que os impactos relacionados às novas territorialidades ocasionados e/ou intensificados pela instalação de Belo Monte aos índios citadinos, estão longe de serem mitigados, uma vez que a construção dessa hidrelétrica já caminha para seu final, e os indígenas urbanos juntamente com os aldeados ainda têm que lutar pelo cumprimento de condicionantes (medidas compensatórias) indígenas oficialmente definidas no processo de licenciamento. Dessa forma, persistem situações de violação de direitos humanos que transcendem à perspectiva simplista em que se pauta os estudos de impacto ambiental. Exemplo disso é observado no processo de relocação das famílias indígenas urbanas, que residiam em terras abaixo da cota de inundação da hidrelétrica (cota 100), mas próximas a Igarapés e ao rio Xingu, para Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) urbanos situados distantes tanto de onde moravam, quanto do rio. Processo que desestruturou relações sociais e incidiu fortemente na dinâmica de reprodução social desses indígenas, alterando seu modo de vida. Um dos impactos se refere a quebra da dinâmica espacial que as famílias indígenas haviam construído nos bairros onde os parentes residiam próximos, podendo se ajudar em situações difíceis. Nos bairros onde moravam antes da barragem, embora em situações precárias, estavam próximos a serviços públicos como educação e saúde e andando a pé ou em bicicletas tinham mais facilidade de locomoção para irem trabalhar, estudar e até a sede da Funai, Cimi ou do Movimento Xingu Vivo, em busca de informações sobre suas demandas. A própria política de Relocação gerou muitas divergências entre essas famílias e

lideranças indígenas, que questionavam a lógica técnica para dizer quem deveria sair para os RUCs ou permanecer ainda nos bairros de moradia. Parte do movimento indígena começou a pautar a criação do bairro do Pedral em um espaço localizado próximo ao rio e de áreas verdes com educação, saúde, segurança, ou seja, um bairro melhor planejado para atender aos direitos de cidadania. Esta reivindicação ainda esta em curso. Entretanto, já é possível depreender novas territorialidades vivenciadas pelos índios moradores do espaço urbano de Altamira.

### **Referências**

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

FORLINE, L; ASSIS, E; PATRÍCIO, M; SANTOS, H. Reconstruindo espaços e memórias indígenas: os Xipaia e Curuaia de Altamira, Pará. In: ARAÚJO, R.; LÉNA, P. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e sociedade na Amazônia**. Belém: MPEG/PPG7, 2003. Mimeo.

PATRÍCIO, M. Índios de verdade? O caso dos Xipaia e Curuaia. (Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Pará), 2000.

SARAIVA, M. P. **Identidade Multifacetada**: a reconstrução do ser indígena entre os Juruna do médio Xingu. Belém: UFPA/NAEA, 2008.

## TRANSAMAZÔNICA, UHE TUCURUÍ E OS PARAKANÃ: CONFLITOS E DESTERRITORIALIZAÇÃO

Rodrigo Wienskoski Araujo<sup>8</sup>

**Palavras Chave:** Parakanã; Território; Territorialidade; Terra Indígena.

Esse é mais um passo no delineamento do trabalho que busca compreender o processo de territorialidade na Terra Indígena (TI) Parakanã, constituída a partir da organização proposta pelo Estado brasileiro no período pós-abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230). A pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA) com Orientação do Professor De. Álvaro Luiz Heidrich.

Os Parakanã foram localizados próximos a Rodovia Transamazônica (BR-230) no início dos anos 1970. A Frente de Atração da FUNAI dividiu a etnia em dois grupos (Orientais e Ocidentais) de acordo como localização do contato e as desavenças históricas. No médio Tocantins os Ocidentais ficaram aldeados na Área Indígena do Posto Pucuruí e os Orientais na Área Indígena Parakanã (FAUSTO, 2001). Com a abertura da BR-230 novas infraestruturas foram criadas – como a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí – gerando novos embates e aumentando a pressão sobre os povos indígenas.

O trabalho foi desenvolvido com base o levantamento de material bibliográfico e documental sobre a TI Parakanã (principalmente junto a Biblioteca Curt Nimuendaju da Fundação Nacional do Índio) e na construção de mapas sobre o entorno do território indígena. A pesquisa está avançando no processo análise da territorialidade deste grupo, onde as informações levantadas foram sistematizadas e analisadas em gabinete, através da técnica análise de conteúdo e com base na bibliografia citada ao longo do texto.

A consolidação da UHE Tucuruí ameaçava inundar as aldeias Parakanã criadas para amenizar os problemas da Transamazônica. Em contrapartida pela perda

---

<sup>8</sup> Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA).

territorial a FUNAI autorizou a criação do “Projeto Parakanã”, com a coordenação de Antônio Carlos Magalhães, entre os anos de 1978 e 1979. Patrocinado pela ELETRONORTE (empresa responsável pela construção da hidrelétrica) o objetivo era transferir os aldeamentos indígenas e garantir os interesses públicos e privados na região (RICARDO, 1985). Magalhães promoveu atividades que tentavam salvar o povo do extermínio. Entretanto, a FUNAI também elaborou um projeto de extração e comercialização de madeira nas áreas que seriam inundadas. Foi criada a Serraria Tucuruí, arrendada à Agropecuária CAPEMI Indústria e Comércio Ltda. – com financiamentos do Maison Lazard Frères (ligado ao Banco Nacional Francês).

A FUNAI decidiu não renovar o Projeto Parakanã no final de 1979, criando um grupo para discutir a transferência dos indígenas. Diversos atores externos traçaram o futuro Parakanã, deliberaram sobre vários assuntos e definiram as áreas de atuação sem consultar a comunidade indígena. Durante as negociações, os Orientais foram remanejados para a aldeia Paranatinga (1983) e os Ocidentais deslocados para a aldeia Maroxewara (1982). Após algumas rodadas de negociação parte do território indígena foi cedido para a ELETRONORTE assentar diversos colonos afetados pela barragem. A contrapartida para os indígenas foi a abertura de uma pista de pouso na aldeia Maroxewara e de uma estrada ligando a aldeia Paranatinga a BR-230. A negociação mostra que os laços construídos ao longo dos primeiros anos de contato deixaram marcas nos dois grupos Parakanã, as contrapartidas eram formas de garantir o acesso aos bens que a sociedade havia apresentado aos indígenas.

O acordo da nova área Parakanã ocorreu efetivamente apenas com o Decreto Presidencial nº 91.028 de 5 de março de 1985. A luta pelo território durou ainda alguns anos, pois a nova área estava ocupada por colonos e madeireiros. Alguns deles com título de propriedade e, outros tantos, eram invasores endividados com madeiras que tinham interesses na área indígena (RICARDO, 1985). Recursos da FUNAI foram remanejados e a área foi homologada pelo presidente da república através do Decreto nº 248, de 29 de outubro de 1991. A partir de então o Território Indígena Parakanã estava legalizado, passando a “existir” aos olhos do Estado Brasileiro. O Estado não aceitou a percepção territorial indígena e legitimou a demarcação que atendeu diversos outros atores interessados nas terras originárias.

O processo de aldeamento foi traumático para os Parakanã, e deve ser lembrado como um exemplo negativo da atuação do Estado brasileiro. Por outro lado, rogou aos indígenas as condições para se reorganizar e se adaptar nas novas regras impostas. Nestas novas condições o povo Parakanã reconstruiu sua territorialidade, com uma perspectiva de território que vai além da visão fechada com limites demarcados. A criação das aldeias Maroxewara e Paranatinga representa o fechamento do ciclo desterritorialização dos Parakanã. O período de tutela no entorno dos Postos de Atração modificou a forma destes indígenas vivenciarem o espaço. A demarcação abriu caminho para a reterritorialização Parakanã. Esse deslocamento (diferente dos movimentos originários destes indígenas) é forçado e não busca solidificar as bases da territorialidade que eles estavam habituados, mas atender aos interesses do Estado e dos demais atores envolvidos.

As comunidades indígenas têm um vínculo diferenciado com a terra, o que permite a flexibilidade no momento de conceber o território. Não existe uma necessidade de posse, é a presença de inimigos, a mobilidade, as roças coletivas, os rituais etc., que se constituem nos elementos essenciais do território e, conseqüentemente, da territorialidade. Rogério Haesbaert (2004) mostra claramente a diferença da territorialidade, construída no movimento, para a desterritorialização, pois não é um movimento pelo movimento. É neste ponto que recaia a desterritorialização sobre os Parakanã, o Estado privou os dois grupos destes elementos, inserindo novos referenciais, que aos poucos foram usados pelos próprios indígenas para promover a reterritorialização. Assim, novos vínculos territoriais foram construídos e a territorialidade Parakanã foi se modificando com a dinâmica da Amazônia.

### **Referências Bibliográficas**

FAUSTO, C. **Inimigos Fiéis**. História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

RICARDO, C. A. (Org.). **Povos Indígenas do Brasil**: Sudeste do Pará – Volume 8. São Paulo: CEDI, 1985.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do Fim dos Territórios a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ASSENTAMENTOS RURAIS,  
CONTRADIÇÕES ENTRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA  
PRODUÇÃO DO MUNDO DA SUSTENTABILIDADE**

Edvaldo Cesar Moretti<sup>9</sup>

**Palavras Chaves:** Áreas de conservação; assentamentos rurais; sustentabilidade; conflitos.

O trabalho pretende analisar as contradições presentes na ideia de sustentabilidade relacionada as Unidades de Conservação, que a princípio aparecem como espaços públicos relacionados à conservação ambiental, são geralmente compreendidas como alternativa ao modelo de desenvolvimento centrado na propriedade privada da terra e uso dos elementos da natureza enquanto mercadoria, mas, de acordo com reflexões acumuladas em pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Território e Ambiente na Universidade Federal da Grande Dourados, se efetiva nestas áreas determinados usos privados do patrimônio natural.

O objetivo geral é análise da produção do espaço no processo de implantação de Unidades de Conservação e as contradições presentes na ideia de natureza associada a produção do “território da conservação” inseridos no “mundo da sustentabilidade” refletindo sobre as possibilidades de superação da fragmentação entre sustentabilidade ambiental e social apresentada pelas organizações sociais dos assentados nas áreas de entorno de um Parque Nacional.

## **METODOLOGIA**

Como área de estudo foi definido o entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, especificamente os assentamentos rurais Canaã, Campinas, Guiacurus e Santa Lucia, localizados nos municípios de Bonito e Bodoquena no Mato Grosso do Sul.

Faz-se necessário o estudo de como a apropriação do espaço destinado à conservação é privatizado através da mercantilização da acessibilidade a estas

---

<sup>9</sup> Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós Graduação em Geografia da UFGD. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente.

áreas e qual a situação vivenciada pelos pequenos proprietários de terras localizados em assentamentos rurais existentes no entorno e mesmo no interior do Parque Nacional. Neste sentido são apresentadas propostas de reflexão sobre o processo de apropriação privada da terra pelas grandes empresas no contexto da construção da ideia de conservação ambiental na modernidade, portanto, é uma reflexão também sobre a apropriação do direito ao acesso ao patrimônio natural, sua apropriação privada enquanto uso imediato ou mesmo enquanto reserva de valor - atrativo turístico, biodiversidade, biotecnologia, etc - e quem é beneficiado com esta apropriação.

## **RESULTADOS**

A relação dos assentados com o Parque Nacional passou por diferentes fases. Quando da implantação do Parque os assentamentos já existiam e, a princípio os assentados ficaram ao lado de grandes proprietários de terras contrários a implantação do Parque. Depois da implantação, ano 2000, grupos de assentados passaram a utilizar a oportunidade do Parque e constituíram práticas coletivas de produção relacionadas a conservação ambiental atendendo a uma demanda do setor turístico por produtos considerados “ecológicos”. Outros assentados intensificaram o conflito com o Parque Nacional, sofreram processos que culminaram com multa ambientais e restrições no uso da terra.

Posteriormente, em nova fase da relação, ocorre aproximações entre os assentados e o Parque, ampliando as possibilidades de participação dos assentados em práticas conservacionistas propostas pelo Parque e parceiros. Estas práticas estão associadas a mercantilização de produtos, materiais e imateriais, relacionado a paisagem e a cultura. Ao mesmo tempo, o Governo Federal começa um processo de privatização da exploração do turismo no Parque Nacional, com editais direcionados a grandes empresas nacionais e internacionais especializadas no gerenciamento de atividades turísticas em áreas publicas.

Como conceito as reflexões indicam que o processo de privatização do bem público faz parte da reprodução do capital inserido na construção do que podemos chamar de mundo da sustentabilidade.

Mundo da sustentabilidade compreendido como produção de discursos e práticas recorrentes do mercado verde e sua espacialidade. Para alguns segmentos sociais o Mundo da Sustentabilidade constitui uma utopia no próprio mundo do capital, é entendido como uma nova etapa do capitalismo. Para outros segmentos sociais o Mundo da Sustentabilidade constitui uma utopia de rompimento do capitalismo constituindo em uma nova forma de produção de superação do mundo da mercadoria. Para ambos os segmentos práticas e discursos advindos dos movimentos sociais são sinais das possibilidades da construção do Mundo da Sustentabilidade.

Nas pesquisas e diálogos com os pequenos produtores assentados a indicação é que as práticas sócio ambientais constituem em formas de sobrevivência e de permanência na terra, portanto, são novas possibilidades de reprodução do pequeno produtor assentado. Significa a possibilidade de atividades que gerem renda e emprego no campo. Mas, ao mesmo tempo significa novas ameaças a permanência na terra, com a valorização da natureza enquanto desvinculada do social, portanto, que exclui o pequeno produtor das práticas conservacionistas.

O conflito socioambiental é marcado pela disputa do processo de produção social da natureza e de suas formas no mundo moderno, que alguns o querem como Mundo da Sustentabilidade.

**SESSÃO TEMÁTICA 2 – GEOGRAFIA – SOCIEDADE E NATUREZA**

## A DICOTOMIA NOSSA DE CADA DIA: A SUBUTILIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Aline Barbosa da Silva Gonçalves<sup>10</sup>

Renata Paulino Henrique Cazé<sup>11</sup>

Maylta Brandão dos Anjos<sup>12</sup>

**Palavras-chave:** Ensino; Geografia; Educação; Meio Ambiente.

### Introdução

Esta pesquisa é fruto de discussões surgidas em aulas de Educação Ambiental num curso de pós-graduação. A temática ambiental, cada vez mais, é colocada no palco das discussões, principalmente neste momento de transição paradigmática. A apropriação do espaço pelo homem de forma desordenada é um processo histórico e vêm trazendo consequências para o meio em que vivemos. Diversos ramos do conhecimento procuram se especializar a fim de atuar em determinada parte da questão, com vistas a alcançar a sua totalidade. A Geografia é uma disciplina que tem por objeto de estudo o espaço transformado pelo homem. No entanto, acredita-se que a dicotomia que se constituiu em torno da idade humanidade-natureza tem limitado a atuação do geógrafo nas resoluções ambientais. Esta visão desintegrada dificulta a percepção destes e suas ações impactam diretamente em si próprios e aos que se servem da Geografia. Objetivos: O objetivo foi verificar como a questão ambiental é tratada pelos pesquisadores atuantes da prática geográfica considerando a visão dicotômica homem-meio. Desenvolvida para melhor análise e conhecimento do ensino sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, esta pesquisa trouxe à tona o debate envolvendo políticas públicas, educação ambiental e a luta socioambiental. Metodologia: A metodologia que conduziu a pesquisa foi documental, aconteceu a partir do levantamento bibliográfico em artigos e livros que

---

<sup>10</sup> Licenciada em Geografia – UFF e cursando Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

<sup>11</sup> Bacharel e Licenciada em Geografia – UFRJ e cursando Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

<sup>12</sup> Docente do Programa de pós-graduação em ensino de ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ IFRJ.

envolvessem a epistemologia do pensamento geográfico, a dicotomia humanidade-natureza e sua influência na discussão das questões ambientais.

### **Principais Resultados**

A preocupação com os problemas ambientais, sobretudo, os decorrentes da geração de resíduos sólidos, exige examinar os modos de ensinar educação ambiental com conhecimentos e ações contextualizadas na realidade da população brasileira e na complexidade dos problemas sociais, políticos e territoriais que envolvem as questões ambientais, por isso, a participação dos conteúdos de Geografia na EA são fundamentais para despertar a sensibilidade e a compreensão acerca dessa problemática. As relações entre sociedade e natureza têm sido a base do entendimento sobre meio ambiente, pois na convicção de que são indissociáveis repousa toda a luta por um Meio ecologicamente equilibrado. A Questão Ambiental leva a pensar a relação de dependência do homem aos recursos naturais. A tecnologia que a humanidade emprega na extração destes recursos aumentou exponencialmente, juntamente com a população mundial e seu desejo de consumo. Além disso, a manutenção da própria tecnologia vem contribuindo para a degradação do meio. A relação sociedade-natureza necessita de bases éticas, legais e científicas para a sua sobrevivência de forma saudável, diante de todo avanço tecnológico e do modo de vida que se criou baseados nestes recursos. Diante dos argumentos expostos, ao focarmos apenas na sociedade ou apenas na natureza para defendermos as questões ambientais estaremos trincando a sustentabilidade do debate e da crítica, as fragmentações que afetam a cientificidade de modo geral e as Ciências que servem de instrumento propagador do Conceito de Meio Ambiente. A dicotomia entre os pensamentos e concepções acerca de ambiente que acontece na Geografia é um exemplo das rupturas ocorridas nas Ciências que contribuem para o enfraquecimento da questão ambiental, pois por definição, a Geografia é a ciência das relações espaciais, sendo seu objeto de estudo o espaço, o qual, por essa razão, engloba o social e o natural, ocupando lugar intermediário entre as ciências sociais e naturais, porém de destaque para as questões sobre o meio ambiente. A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei No 9.795/1999 em seu artigo 4º nos diz que um dos princípios básicos da EA é o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva

da inter, multi e transdisciplinar (§III), segundo o PCN de meio ambiente, a Geografia, a História e as Ciências Naturais são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados ao meio ambiente, pela própria natureza dos seus objetos de estudo. (BRASIL, 1998a, p. 194). A Geografia, desde os seus primórdios se constitui como um saber integrador, uma ciência de síntese, onde o Meio – território, região, paisagem e lugar - é habitado, transformado, dividido, vivido e perpetuado pelos, para e com os homens. E, neste sentido, o saber geográfico certamente poderia ser em seus quase dois séculos uma importante contribuição para a questão Meio Ambiente e sua evolução dentro do pensamento científico. Todavia, já no início do estabelecimento da cátedra a pressão sofrida pela base teórica do Método Científico operacionalizou o que chamamos hoje de dicotomia Geografia Física X Geografia Humana. A prática de ensino de geografia nas universidades e nas escolas é um instrumento de grande importância na formação dessa consciência ambiental. No entanto, ainda como estudantes do ensino fundamental, ensino médio, universitários e mesmo ainda, profissionais da área, se sofre a ausência de discussões referentes às questões ambientais de forma integrada, ou seja, sem a visão dicotômica. (GUIMARÃES, 2015, p.38). Algumas situações faz refletir o porquê dos profissionais de Geografia terem tão pouca representatividade entre os que tratam da questão ambiental em nível federal, estadual e principalmente municipal, “local privilegiado para o tratamento da problemática socioambiental que afeta diretamente a sociedade em seu dia a dia” (Bruschi e col., 2002). Dessa forma, podemos compreender que o entendimento referente a estar integrado ao meio ambiente não alcançou a sua plenitude e por este motivo ainda existem lacunas do conhecimento para a resolução de questões ambientais pelos profissionais da Geografia. Acreditamos que esta é uma dificuldade que abrange diversos ramos do conhecimento e que, conseqüentemente, é refletida na sociedade pela ausência de uma educação ambiental holística. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Ambiental torna-se um instrumento de grande acuidade, seja no ambiente de sala de aula no ensino básico, seja no ensino universitário. Portanto, os dados levantados apontaram que a educação ambiental é uma estratégia relevante para a Geografia superar sua dicotomia por abranger o Meio Ambiente em sua totalidade (Art 4º PNEA), analisando a dicotomia existente, e ao mesmo tempo, levantando a reflexão da Geografia como conhecimento "sine qua non" no processo educativo mais amplo da Educação Ambiental, podendo

proporcionar sadia qualidade de vida aos seus educandos, a sadia relação humanidade - natureza.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais**. Brasília : MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)> Acesso em 20 de fev de 2017.

BRUSCHI, D. M.; et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. 3. ed., Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2002. v. 1.

GUIMARÃES, Mauro, **A Questão Ambiental na Educação Básica: Ensino de Geografia**, In: Alexandre Maia do Bonfim, Margarete Alvarenga Viana Mota Trindade, Flora Gomes de Oliveira da Silva, Thiago da Silva Oliveira (Org.), *A Questão Ambiental na Educação Básica*. Rio de Janeiro, Publit, 2015, p. 35-53.

MARIANO, Zilda Fátima; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas Moraes; SOUZA, Marcos Barros. **A Relação Homem-Natureza e os discursos ambientais**. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 22, p. 158-170, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47224>> Acesso em 25 Abr.2016.

MAZZILLI, S. **Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, vol. 27, nº 2, p. 205-221, mai-ago, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo, SP. HUCITEC, 1983.

## A NATUREZA E A PAISAGEM EM ALEXANDER VON HUMBOLDT: UMA CONTRIBUIÇÃO A GEOGRAFIA AMBIENTAL

Filipe Borba de Moura<sup>13</sup>

Danilo Cardoso Ferreira<sup>14</sup>

**Palavras chave:** Geografia; Humboldt; Natureza; Paisagem.

A questão ambiental no mundo contemporâneo é um gargalo que as ciências sociais e naturais a partir de suas diferenças conceituais, metodológicas e políticas, precisam pensar e se debruçar para entender, explicar e propor medidas relacionadas às fronteiras econômicas e também o próprio processo de globalização para que haja um repensar sobre o planeta Terra e o mundo. Haja vista, que as transformações intensas e as dificuldades em encontrar abordagens geográficas que possibilitem uma leitura da natureza transformada, e de sua paisagem a partir de uma leitura integradora dos elementos que explicam a totalidade dos fenômenos e dos sujeitos envolvidos no uso e nas dinâmicas espaciais e temporais do sistema Terra. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é ressaltar os conceitos de natureza e paisagem a partir de uma abordagem humboldtiana para entender os processos em que o sistema Terra/Mundo vive cotidianamente em uma abordagem que possibilite a leitura da natureza a partir de sua unicidade e organismo. O caminho metodológico do trabalho se dá a partir da história do pensamento geográfico, principalmente com as pesquisas que entendem a importância de Humboldt para a interpretação da natureza no mundo contemporâneo, para no final apresentar uma leitura dos conceitos de natureza e paisagem em Humboldt que explica a partir da geografia as transformações e desafios na geografia ambiental. Para Humboldt, fazer uma análise da natureza era preciso a partir de uma perspectiva metodológica rigorosa, compreendendo a organização e distribuição sistemática da natureza, fazendo uma comparação das semelhanças e diferenças na natureza, e uma sistematização das informações geradas. Portanto a natureza é um conjunto de fenômenos, que

---

<sup>13</sup> Graduando em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás Campus Itapuranga. Bolsista PIBIC. Agradecimentos a PRP pelo auxílio evento obtido. Email: filipeborbahti@gmail.com

<sup>14</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Atualmente é professor substituto da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Itapuranga, do curso de Geografia. E-mail: prof.daniloueg@gmail.com

representa uma totalidade orgânica, organizada e harmônica, e a natureza estaria ligada com todos os seres vivos que possuem uma força interna. Considerava a natureza com um princípio de unidade, que estaria direcionada das particularidades na direção de uma totalidade da natureza, assim, a paisagem faz a representação desse todo da natureza “A paisagem representa a forma como esse todo se expressa no particular. A imagem capturada pela contemplação revela a perspectiva de uma ligação entre o invisível e o visível, entre o todo e o particular” (BRITO, 2015, p.203). Para Humboldt, a paisagem possui uma perspectiva estética entre a razão e sensibilidade que não se explica só através de um registro, porque possui uma evolução e uma formação-transformação. “(...) a paisagem representa não só a medida de uma totalidade entre os elementos da natureza, mas, igualmente, uma unidade entre a construção do pensamento e o processo de formação-transformação (metamorfose) da natureza” (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 190). Essa percepção parte da metafísica, as descrições da natureza partem de uma física geral e na história natural (BRITO, 2015). Humboldt partia em suas análises de uma perspectiva estética influenciada por Schiller, assim, compreendia que a arte permitiria as análises e pesquisas da natureza, mas o homem tinha a necessidade de interrogar a natureza para compreender as fisionomias, que seriam representadas e detalhadas através da pintura (HUMBOLDT, 1952). Portanto Humboldt em sua concepção teológica da natureza na qual rompe uma metodologia meramente descritiva, e no princípio de “unidade é o fundamento da sistematização e representação” (VITTE; SILVEIRA, 2010, p.188). A geografia moderna particularmente e a geografia física nasce na época de Humboldt, principalmente com algumas de suas produções como *Quadros da natureza e Cosmos* (Humboldt, 1952). Por fim, ressaltamos que as obras de Humboldt são verdadeiros compêndios geográficos de compreensão da natureza da sociedade a partir da paisagem enquanto elemento central para a interpretação das formas e dos usos da superfície terrestre. Neste sentido a perspectiva metodológica rigorosa, sistemática de compreensão, observação e comparação possibilita hoje para a geografia ambiental entender a partir da integração de elementos centrais para a interpretação da realidade e dos fenômenos a questão ambiental a partir de um olhar aprofundado, rigoroso, cartográfico, para analisar, comparar e interpretar os fenômenos em abordagens que levem a explicação dos desastres ambientais, impactos ambientais a partir de olhares que nos possibilitam a contextualização, entendendo os

processos espaciais e também temporais que possibilitou a dinâmica, o uso e os desequilíbrios que levam a ausência de qualidade ambiental da natureza. Então, a abordagem ambiental em Humboldt possibilita a geografia pensar a cidade a partir de seus conflitos latifundiários, sociais, culturais, mas também ambiental, entendendo a natureza e a sociedade como conceitos em conexão e que na realidade estão. Todos estes fatores citados acima, como também, correlacionar áreas de inundação com classe econômica e outros debates de segregação socioespacial na cidade, portanto esta abordagem que possibilita a unidade de elementos vem de uma geografia produzida por um geógrafo antes mesmo da institucionalização da ciência geográfica. E também, nos possibilita entender como os ambientes como, por exemplo: o Cerrado tem sido transformado, não simplesmente pelo uso da natureza, mas principalmente, pela mudança territorial feita pelo agronegócio e seus grandes empreendimentos multinacionais. Portanto não se explica uso do Cerrado sem pensar as políticas públicas direcionadas para este domínio, sem pensar nos grandes empreendimentos empresariais, portanto a contextualização dos fenômenos a partir de abordagens geográficas é que nos possibilitam entender a dinâmica a partir de sua completude que é essencial para refletirmos sobre a paisagem e a natureza na geografia moderna para a explicação das pesquisas e estudos ambientais.

### **Referências Bibliográficas**

BRITO, Thiago. **Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna/Humboldt between the philosophy of nature and modern science.** Revista Sociedade & Natureza, v. 27, n. 2, 2015.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da natureza.** São Paulo: WM Jackson Inc, v. 1, 1952

VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. **NATUREZA EM ALEXANDER VON HUMBOLDT: entre a ontologia e o empirismo (the nature of Alexander Vonv Humboldt: between ontology and empiricism).** Mercator, v. 9, n. 20, 2010.

## A NATUREZA E O URBANO EM UM CONTEXTO DE METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO. UM ENSAIO INTRODUTÓRIO

Ernesto Gomes Imbroisi<sup>15</sup>

**Palavras-chave:** Mercadificação da natureza; Urbano; Metropolização do espaço; Teoria do ajuste espacial.

A lógica do mercado produz bens e mercadorias a partir da apropriação da natureza como fonte direta de recursos, ou seja, fonte de insumos para o processo produtivo. Esse movimento insere a natureza nos circuitos de valorização do capital como matéria-prima, principalmente para o setor industrial. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo, além do uso produtivo da natureza, há mudanças no modo como o capital se valoriza a partir de um novo tipo de uso dos bens naturais (SMITH, 2007). As novas formas de uso, apropriação e conservação da natureza expressam os novos movimentos do capital, incorporando totalmente a natureza à economia. Podemos citar, como referência desses processos: a ambientalização das finanças, o ecoturismo, os mercados de carbono, as políticas de compensação ambiental, os novos mecanismos de privatização da natureza (parcerias público privadas, adoção de áreas, concessões e autorizações). Dessa forma, o espaço-natureza torna-se o lugar e o meio para a realização do valor (CARLOS, 2011).

A partir desse cenário, propomos pensar a produção capitalista da natureza atrelada à problemática do urbano. Porém, para nós, o urbano não se restringe à cidade, na verdade, assinala um processo intitulado de metropolização do espaço. Esse fenômeno refere-se à expansão e a imposição da lógica urbana para todos os espaços. O campo e a natureza, por exemplo, são transformados pelos interesses do mercado e passam a ser regidos e regulados pelos mecanismos de reprodução do capital. Na verdade, a metropolização, envolve a produção de um cotidiano dominado pelo mundo da mercadoria, estendendo e incorporando todas as dimensões da vida à lógica do valor, ou seja, interferindo diretamente no cerne das relações sociais (FERREIRA, 2014 e LENCIONI, 2014).

---

<sup>15</sup> Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz.

Nesse contexto, apresentamos a principal questão que nos inquieta: que função a natureza-mercadoria, no contexto da metropolização do espaço, desempenha para a acumulação/reprodução do capital e para a reprodução das relações de produção na escala do urbano? Partimos do pressuposto de que a produção da natureza no capitalismo neoliberal passa a ter uma importância fundamental como estratégia para absorver parte do capital excedente. Nessa lógica, a natureza é usada como fronteira para a expansão do capital, e para garantir a reprodutibilidade do capitalismo. Esse apontamento centra-se na ideia de que o capitalismo resolve suas crises e contradições através da produção do espaço (CARLOS, 2011; HARVEY, 2005; e LEFEBVRE, 1991). Nesse caso, intencionamos a produção da natureza atrelada ao urbano, associando-a aos processos de metropolização do espaço e a teoria do ajuste espacial de Harvey (2005) para tentar compreender as novas dinâmicas e contradições do espaço concernentes às relações sociedade e natureza na contemporaneidade do capitalismo. Sendo mais específico, procuramos analisar as relações entre esses novos mecanismos de uso, apropriação e conservação da natureza sob o capitalismo neoliberal a partir de uma leitura crítica da teoria do ajuste espacial de David Harvey, reconhecendo toda sua potência e seus limites. Para alcançar esse objetivo, fundamentamos nossa reflexão no pensamento crítico vinculado à tradição marxista - chamado de crítica da economia política. E, optaremos pelo encaminhamento teórico intitulado por Henri Lefebvre de economia política do espaço (LEFEBVRE, 1991), tendo como centralidade a categoria de produção do espaço.

## **Referências**

- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- FERREIRA, A. **Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica**. Rio de Janeiro: II SIMEGER, 2014. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/46d988\\_c9581cdddf91440c8d94232ae5fe0263.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/46d988_c9581cdddf91440c8d94232ae5fe0263.pdf). Acessado em: 13 de fevereiro de 2017.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

LENCIONI, S. **Metropolização do espaço: homogeneização e fragmentação no desenvolvimento de mega-regiões**. Rio de Janeiro: II SIMEGER, 2014. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/46d988\\_1bf83941796f420b88ff343ec71d6f80.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/46d988_1bf83941796f420b88ff343ec71d6f80.pdf). Acessado em: 13 de fevereiro de 2017.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. *et al* (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

SMITH, N. Nature as accumulation strategy. In: PANITCH, L; LEYS, C. (eds.). **Socialist Register: coming to terms with nature**. Londres: Merlin, 2007. p. 16-36.

## **A NECESSIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DO GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL-MS**

Cecilia Aparecida Costa<sup>16</sup>

Palavras chave: conservação, geoparques, natureza, mercantilização.

No mundo moderno assiste-se a um momento de apelo à conservação ambiental. Os discursos são emprenhados de falácias que buscam convencer que o planeta está em risco, que é preciso salvá-lo. Desta forma, a problemática ambiental foi sendo inserida na sociedade, ocupando espaços diversos que perpassam pelo público, privado, nacional, internacional, doméstico, escolar... Porém, essa mesma sociedade é carente de discernimentos referente à tal problemática. Baseada nisso, surgiu a proposta deste trabalho que objetiva pesquisar a construção da necessidade de conservação ambiental e a instituição da “sustentabilidade” na constituição de territórios, tendo como recorte empírico a implantação da modalidade Geoparque como área da conservação. Sob os auspícios da UNESCO, os geoparques foram criados na década de 90, do século XX, na Europa, como resposta às demandas geradas pela Conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. Portanto, trata-se de uma modalidade de conservação forjada na ideologia do desenvolvimento sustentável. Seus fundamentos estão calcados em um tripé que reúne: preservação de um patrimônio geológico, histórico ou cultural; educação ambiental; e promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade local. O Brasil aderiu à ideia, constituindo seu primeiro geoparque - o do Araripe - no ano de 2006. Desde então, vários outros foram surgindo nos Estados brasileiros. O Mato Grosso do Sul fez a implantação, daquele que denominou de Geopark Bodoquena-Pantanal, em 2009, sendo este o objeto de estudo do presente trabalho. Especificamente, busca-se com esta pesquisa, que está em andamento, analisar o discurso conservacionista usado para legitimar a criação dos geoparques, bem como, verificar as contradições existentes entre os modelos de parques e geoparques, uma vez que este surge como uma resposta às críticas recebidas por aquele. Para atingir esses objetivos foi feito o levantamento bibliográfico referente às

---

<sup>16</sup> Doutoranda em Geografia/Universidade Federal da Grande Dourados –UFGD. Bolsista Fundect/CAPES.

pesquisas realizadas na temática e na área trabalhada; e o levantamento de dados primários junto aos dirigentes (estaduais e municipais) e a comunidade local. O Geopark Bodoquena-Pantanal foi criado através do decreto n. 12.897, de 22 de dezembro de 2009, com extensão de 39.700 km<sup>2</sup>, abrangendo terras de 13 municípios: Bonito, Ladário, Bodoquena, Corumbá, Jardim, Nioaque, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Anastácio, Caracol e Guia Lopes da Laguna. Dentre esses municípios, o de Nioaque é o que tem se mostrado como o principal interessado na efetivação do geoparque e, também, possui uma característica importante por reunir em seus domínios 9 assentamentos rurais, 4 aldeias indígenas e 4 comunidades quilombolas. Sendo assim, optou-se por centrar o foco nesse município e entrevistar as lideranças e artesãos dessas comunidades representando a comunidade local. A escolha pelos artesãos é em razão de que os dirigentes veem no geoparque a oportunidade de diversificar a economia local através do desenvolvimento da atividade turística. Desta forma, a confecção de artesanatos poderia ser uma fonte de renda para as comunidades mencionadas. No entanto, verificou-se que a inclusão dessas pessoas, que deveriam ser priorizadas no projeto do geoparque, ainda não ocorreu, a grande maioria nem sabe da existência, enquanto os proprietários de terras e empresários locais já idealizam a exploração da atividade turística. Observa-se que o modelo de geoparque surge como uma proposta de solucionar os problemas enfrentados pelos parques que são baseados no entendimento do homem como externo e prejudicial à natureza. Nos geoparques não há nem restrição de desenvolvimento de atividades em seu interior, desde que atenda a legislação local e nacional; e nem obrigam promover a retirada da população. Portanto, possibilitaria a criação de territórios livres de conflitos entre conservação e desenvolvimento. Entretanto, fica esquecido que no modo de produção capitalista a natureza é entendida como um recurso a ser explorado, é uma mercadoria e que, logo, é propriedade de alguém. Assim, existem os donos, os que têm direitos e aqueles que não os têm, envolvendo poder e constituição de território.

**A PRODUÇÃO DA NATUREZA E O LUGAR DA NATUREZA NO CAPITALISMO:  
UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DE NEIL SMITH**

Pietra Cepero Rua Perez<sup>17</sup>

**Palavras-chaves:** Produção da Natureza; Relação Sociedade-Natureza; História do Pensamento Geográfico; Marxismo.

Em 1984, Neil Smith publica seu primeiro livro intitulado “*Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço*” em um contexto de um mundo em mudança. Desde a década de 1970, o mundo capitalista passava por uma crise de sobreacumulação, estava em processo de reestruturação econômica e produtiva, o neoliberalismo estava em ascensão e os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora estavam em processo de captura. O geógrafo coloca-se na posição de que para compreender o mundo em mudança era necessário trazer uma compreensão sobre a nova geografia do capitalismo.

De uma maneira autoral, o geógrafo se insere em uma escola que naquele momento estava em formação, a Geografia Radical. A partir dos anos 1970 essa escola tinha como um de seus objetivos aprofundar a teoria marxista dentro da geografia, especialmente, para compreender a persistência da acumulação capitalista em um mundo em crise (SOJA, 1993; SMITH, 1997, 1998). Afinal, como um mundo em colapso mantém os mecanismos de acumulação ampliada do capital sem resolver suas contradições internas? O mundo de Neil Smith, já não é mais o mesmo mundo capitalista desvendado por Karl Marx e Friedrich Engels. Porém, para compreendê-lo deveria ser a partir da dialética materialista.

Dada a complexidade da realidade, principalmente em um contexto de um mundo em que o desenvolvimento desigual cada vez mais é seu pressuposto, o geógrafo elege a natureza e o espaço como objetos a serem teorizados e analisados. Smith conclui que ambos surgem como novos horizontes possíveis para a acumulação principalmente no século XX. A produção social da natureza e do espaço são cada

---

<sup>17</sup> Geógrafa e aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail: [pietracepero@hotmail.com](mailto:pietracepero@hotmail.com).

vez mais fundamentais para a reprodução das relações sociais e para a continuidade do capitalismo.

Como Harvey (1996), Castree (2001) e Braun (2006) enfatizam a tradição geográfica desde o seu início, no século XIX, perseguiu a compreensão da relação sociedade-natureza. Porém, ao longo dos séculos XIX e XX os geógrafos tenderam a produzir leituras dicotômicas sobre a relação sociedade-natureza. O que faltava era a produção de um pensamento que enxergasse uma a relação sociedade-natureza, e que a partir da análise dessa relação compreendesse as contradições dos modos de produção analisados.

Embora, Neil Smith tenha falecido prematuramente aos 58 anos, e por ter sido reconhecido internacionalmente a partir de sua densa bibliografia sobre a produção do espaço urbano e suas implicações em diferentes escalas. Os seus poucos textos (SMITH, 1996, 1998a, 1998b, 2007, 2008) que trouxeram a reflexão sobre produção da natureza e o lugar da natureza, a partir da dialética materialista, abriram um horizonte novo para os geógrafos refletirem sobre a relação sociedade-natureza em sua totalidade, especialmente no modo capitalista de produção.

O conceito de “produção da natureza” apareceu pela primeira vez em seu primeiro livro. Smith conclui que não é somente o espaço que é socialmente produzido, a natureza também é. A história não é separada da natureza (SMITH, O’KEEFE, 1980). A partir do resgate histórico da filosofia e das ciências ocidentais, Smith observa que o homem concebeu a natureza enquanto externa (uma natureza pristina) e universal (uma natureza abstrata, regida por leis universais, que não incorpora o homem em seus processos). Essa concepção de natureza influenciou, e até hoje influencia, a leitura hegemônica e dicotômica da relação sociedade-natureza, e de que a natureza seria a antítese da ação humana.

O conceito de produção da natureza introduz justamente o contrário, até a primeira natureza, aquela que nos aparenta livre da ação humana, é um produto da sociedade. E cada modo de produção, através de suas práticas sociais, seus usos e relações de produção produz sua própria natureza. A compreensão das diferentes naturezas produzidas pode nos revelar as contradições dos modos de produção as quais estão inscritas (SMITH, 2008).

Castree (2001) reconhece que não é à toa que a Geografia anglófona marxista passa a acolher e aprofundar o conceito de produção da natureza a partir dos anos 1990. A relação sociedade-natureza aparece muito mais estreitada e contraditória do que na época de Karl Marx. Em diversas escalas a produção da natureza é presente, e, cada vez mais, será campo de disputas políticas. Smith publica o seu último texto intitulado “*A natureza como estratégia de acumulação*” (2007), que tratará o lugar da natureza no contexto da acumulação capitalista contemporânea. O autor avalia que quando produziu o conceito de produção da natureza há mais de 20 anos, não previa que a seriam produzidas tantas mudanças dramáticas na relação sociedade-natureza. Nos últimos 150 anos, reconhece-se de que as transformações no mundo produzidas pela a constituição de uma sociedade industrial e urbana foram dramáticas.

Porém, nos últimos quarenta anos, não se previa de que o homem conseguiria acessar e transformar processos naturais moleculares, como a constituição da engenharia genética que viabilizou a produção de sementes transgênicas ou a produção de clones animais. Ou que as mudanças produzidas pelo homem na natureza, as quais foram de enquadrados em um diagnóstico de uma “crise ecológica”, cujos os efeitos na natureza entrariam nas agendas políticas em diferentes escalas tornando-se arena de disputas de diferentes segmentos da sociedade e da economia. Ou que os mecanismos de captura econômica e financeira da natureza se sofisticariam permitindo realizar negócios em torno da natureza em diferentes frentes, como a mercadificação da natureza a partir das “mercadorias verdes” e a transformação a natureza em ativos financeiros.

Portanto, não somente Smith, geógrafos anglófonos como Castree (2001), Braun (2006), Swyngendown (2014), Mitchell e Millar (2017) convergem com a tese de que a sociedade capitalista não somente alterou a natureza, mas produziu a natureza, e que as marcas sociais seriam tão visíveis que poderíamos denominar nossa era de “Antropoceno”. Para esses autores a natureza aparece cada vez mais internalizada. Por conseguinte, a produção contemporânea de uma primeira e segunda natureza seria cada vez mais reveladora da reprodução capitalista e de suas contradições internas.

O presente trabalho tem como objetivo compreender e discutir os fundamentos da tese de “produção da natureza” como um horizonte teórico-metódico crítico na Geografia. Para nós, a contribuição de Neil Smith nos auxilia a produzir um entendimento dos conteúdos e contradições da relação sociedade-natureza, bem como e o lugar da natureza no capitalismo em um contexto contemporâneo.

Para isso iremos, em um primeiro momento, compreender o período histórico da Geografia Radical, a qual incorpora a teoria marxista, especialmente as obras de Karl Marx e Henri Lefebvre, assim como o compreender o contexto social, político e econômico que os geógrafos levantam questões e buscam analisar. Em um segundo momento ingressaremos na obra de Neil Smith sobre a natureza e a produção da natureza, para produzirmos um melhor entendimento iremos realizar uma genealogia de seu pensamento. Rastreamos seus principais interlocutores, de modo que compreendemos de onde Smith parte sua teorização, e de que maneira produz críticas que o possibilitou fundamentar sua tese. Podemos destacar que obras como os *Grundrisse* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Karl Marx, a *Produção do Espaço e a Sobrevivência do Capitalismo* de Henri Lefebvre e *Os Limites do Capital* de David Harvey como as principais influências do geógrafo.

Por último, reconhecemos a crítica de Noel Castree (2001) de que os geógrafos no final do século XX majoritariamente produziram trabalhos que concentraram a atenção em como o capitalismo produziu a natureza, e menos como a produção da natureza afetou o capitalismo. De modo que notamos que o conceito de produção da natureza está em aberto e nos possibilita realizar aprofundamentos teóricos a partir do estudo do mundo contemporâneo.

Traremos o resultado da nossa pesquisa de mestrado sobre o processo de gênese e constituição da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre. Partiremos de Neil Smith e aprofundaremos o conceito de produção da natureza a fim de realizar a proposta e discussão em torno da ideia de uma “*produção da natureza estranhada*”. Observamos ao longo de nossa pesquisa de que a constituição dessa modalidade de unidade de conservação ambiental e reforma agrária está situada em um contexto histórico, social e econômico que sinaliza para cada vez mais a internalização da natureza. Porém, esse processo só se torna viável se diferentes escalas estejam integradas. Para nós, o nível da vida cotidiana é revelador das

contradições entre os níveis do econômico e do político. Os embates entre diferentes sujeitos sociais, econômicos e políticos podem ser percebidos através dos diferentes usos, apropriação e produção da natureza. Notamos que os seringueiros passaram a ter que (re)definir e (re)criar seus usos e apropriação da natureza ao longo dos anos, e apesar de sujeitos fundamentais de produção da natureza, a partir da institucionalização da RESEX, passam a sentir de que a produção da natureza e a continuidade da floresta está cada vez mais externa e estranha à eles. Embora, os seringueiros até hoje sejam sujeitos fundamentais de conservação ambiental e de produção da natureza.

### **Referências bibliográficas**

BRAUN, B. Towards a New Earth and a New Humanity: Nature, Ontology, Politics. IN: CASTREE, N., GREGORY, D. (orgs). **David Harvey: A Critical Reader**.Malden: Blackwell Publishers, 2006.

CASTREE, N. Socializing Nature: Theory, Practice, and Politics. IN: CASTREE, N , BRAUN, B. (orgs.). **Social Nature: Theory, Practice, and Politics**. Blackwell Publishers: Malden, 2001.

\_\_\_\_\_. Marxism, Capitalism, and the Production of Nature. IN: CASTREE, N , BRAUN, B. (orgs.). **Social Nature: Theory, Practice, and Politics**. Blackwell Publishers: Malden, 2001.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris : Antropos, 1974.

\_\_\_\_\_. **The Survival of Capitalism: Reproduction of Relations of Production**. Londres: Allison & Busby, 1978.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the geography of Difference**. Malden: Blackwell Publishing, 1996.

\_\_\_\_\_. **Limits to Capital**. Nova Iorque: Verso, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosófico**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MITCHELL, D.; MILLAR, S. The Tight Dialectic: The Anthropocene and the Capitalist Production of Nature. **Antipode**. V.49, N.21, 2017.

SMITH, N. The Production of Nature. IN: ROBERTSON (org.). **Future Natural: Nature, Science, Culture**. Nova Iorque: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. Antinomies of Space and Nature in Henri Lefebvre's The Production of Space. IN: SMITH e LIGHT (orgs). **Philosophy and Geography II: The production of public space**. Oxford: Rowman & Littlefield, 1998a.

\_\_\_\_\_. Nature at the millenium: production and re-enchantment. IN: BRAUN, CASTREE (orgs). **Remaking Reality: nature at the millennium**. London: Routledge, 1998b.

\_\_\_\_\_. **Nature as accumulation strategy**. Socialist Register, V.43, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uneven Development: nature, capital and the production of space**. Athens: The Georgia University Press, 2008.

SMITH, N., O'KEEFE, P. Geography, Marx and the Concept of Nature. **Antipode**. V.12, n.2, 1980, p.30-32.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SWYNGEDOUW, E. 'Not a drop of water...': State, Modernity and the Production of Nature in Spain, 1989-2010. **Environment and History**. V.20, 2014.

**A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS NO PANTANAL TRANSFRONTEIRIÇO  
(BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI) E AS PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS: O  
CASO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Karoline Batista Gonçalves<sup>18</sup>

**Palavras-Chave:** Pantanal Transfronteiriço, Território, Natureza, Unidade de Conservação.

O Pantanal é um ambiente transfronteiriço formado por áreas que englobam parte da Bolívia, Brasil e Paraguai, sendo que esses dividem uma extensa área de fronteira, além de possuírem um ambiente em comum. Tendo em consideração tais elementos a presente pesquisa surge com o propósito de comparar e analisar as unidades de conservação estabelecidas no Pantanal Transfronteiriço, mais precisamente na faixa de fronteira entre o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul com Bolívia e Paraguai. Partimos do pressuposto de que essas unidades de conservação contribuem para a produção de um novo território, ou seja, o território da conservação. Além disso, é importante ressaltar que a natureza está presente na produção do território e essa ultrapassa as fronteiras, como é o caso do Pantanal Transfronteiriço, pois esse ambiente possui uma gestão das áreas protegidas diferenciada de acordo com as práticas de cada país. No Brasil essas áreas são denominadas de unidades de conservação e são gerenciadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC. Na Bolívia elas são denominadas de Áreas Protegidas e são gerenciadas pelo Servicio Nacional de Áreas Protegidas- SERNAP. Já no Paraguai são denominadas de Áreas Silvestres Protegidas, sendo o Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas- SINASIP responsável pelas mesmas. Assim, o principal objetivo da presente pesquisa é identificar como as práticas conservacionistas aliadas as legislações ambientais de conservação aplicadas sobre o ambiente transfronteiriço Pantanal têm contribuído para a conservação, bem como para a produção de territórios na fronteira, através das unidades de conservação. A metodologia de pesquisa utilizada foi à realização de

---

<sup>18</sup> Acadêmica do Curso de Pós-Graduação Doutorado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista da CAPES. Participante do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente-GTA. E-mail: estiloartesc@hotmail.com

trabalhos de campo divididos em duas etapas: a primeira consistiu em visitas as instituições governamentais dos três países responsáveis pelos Sistemas de Gestão das Áreas Protegidas que estão localizadas no Pantanal Transfronteiriço, onde entrevistamos os responsáveis no intuito de entender e identificar as práticas e cuidados de cada país. Já na segunda etapa, ainda em andamento trata-se de realizar visitas às unidades de conservação no intuito de analisar e observar tanto a gestão dessas áreas quanto as práticas de conservação evidenciando a territorialidade que está por trás dessa gestão. Há que se destacar que através da pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que as questões ambientais vão além do meio físico; ou seja, englobam a dimensão social e política, existindo não só a degradação do ambiente, mas as condições de vida humana. Neste trabalho, compartilhamos o conceito de território dialogando com Saquet (2011), Raffestin (1993), e para entender a relação produção do território e natureza partimos das considerações de Vallejo (2002), Diegues (2000), Smith (1988), Thomas (1988), Gonçalves (2002) e Rodrigues (2001). Tendo em vista as áreas protegidas do Brasil, Bolívia e Paraguai esta pesquisa apresenta-se como possibilidades para mapear, caracterizar e analisar as áreas protegidas localizadas no Pantanal Transfronteiriço além de apontar como a ideia da conservação ambiental está sendo construída nessa área e de que maneira as práticas conservacionistas atreladas às legislações ambientais de conservação evoluíram e contribuíram para a produção de territórios em que a ideia de conservação está evidente. É importante ressaltar que já foi possível identificar quais as unidades de conservação que se encontram na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia. No caso do Brasil destacamos: Parque Estadual Pantanal do Rio Negro e Parque Nacional do Pantanal. Na Bolívia temos Parque Nacional Otuquis e a Área Natural de Manejo Integrado San Matías. E por fim no Paraguai: Parque Nacional Rio Negro. Portanto, esta pesquisa surge com a possibilidade de analisar a contribuição dada pelas Unidades de Conservação para a produção de territórios da conservação em um espaço onde a presença de fronteira é definida/ identificada somente pelo ser humano e não para os demais elementos da natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada** 3ª edição. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. **Da Geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E. CECENA, A. E. (Orgs.). *La Guerra Infinita-hegemonia y terro mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002b.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) Caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo. Contexto, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A.M. **Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curso de Gestão Urbana e de Cidades**. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/blogarlete/desenvolvimento-e-meio-ambiente-2001curso-de-gestao-urbana-e-de-cidades>> Acesso em 19 de nov de 2015 às 14h41min.

SAQUET, M. A. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1988.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural** – Mudanças de atitudes em Relação às Plantas e aos Animais (1500 – 1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VALLEJO, Luis Renato. **Unidade de conservação**: Uma discussão teórica a Luz dos conceitos de Território e Políticas Públicas. *GEOgraphia*, Vol.4, Nº 8, 2002.

## A QUESTÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM OLHAR DA ECOLOGIA POLÍTICA E DA JUSTIÇA AMBIENTAL A PARTIR DA PEDAGOGIA FREIRIANA

Leonardo Müller Pereira<sup>19</sup>

**Palavras chave:** ensino de Geografia; Paulo Freire; ecologia política; justiça Ambiental.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o debate da questão ambiental, pelo olhar da ecologia política, da justiça ambiental e da não dissociação entre sociedade e natureza, pode ser abordado no ensino de Geografia à luz da pedagogia construída por Paulo Freire para a escola.

As iniciativas educativas ambientais, no Brasil, foram historicamente marcadas por uma perspectiva que as tratavam como um instrumento técnico, científico voltado para a resolução dos problemas ambientais, por meio da transmissão de conhecimentos que relacionavam basicamente contaminação, reciclagem e responsabilidade social individualizada, visando a “sensibilização” dos educandos. Seu objetivo central era “plantar sementes” que, no futuro, poderiam germinar e fazer com que todos cooperassem na superação dos problemas ambientais (LOUREIRO, 2012).

A ideia defendida nesse estudo é a de que é preciso superar a noção de educação ambiental voltada ao “desenvolvimento sustentável”, responsável por apontar os problemas e indicar soluções ecoeficientes, com aparente neutralidade, que fatalmente elege os pobres como “público-alvo” e atribui a eles a degradação ambiental. Defende-se a centralidade da indissociabilidade entre sociedade e natureza e entre teoria e prática na atividade humana de transformação do mundo. Isso implica reconhecer a importância da reflexão, de maneira consciente, libertadora e humanizada, das condições de vida e da realidade concreta, como condição indispensável e necessária para a mudança estrutural de atitudes e comportamentos, bem como compreender a centralidade dos conflitos sociais e

---

<sup>19</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná.

ambientais para a análise do espaço, visto como campo de luta política de sujeitos e grupos com diferentes interesses, que não são equipotentes e, muitas vezes, tampouco constituídos como sujeitos coletivos no espaço público e, frequentemente, oprimidos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade (FREIRE, 1977).

Nesse contexto, a Geografia, como disciplina acadêmica e escolar, cumpre um papel central. Revitaliza-se como ciência complexa por princípio, uma vez que abrange a física terrestre, a biosfera e as implantações humanas e, apesar de a concepção de ambiente ser um conceito transversal, que pode ser construído em muitas áreas do conhecimento, a questão ambiental tem, na Geografia escolar, um campo já estabelecido. A Ecologia e a Geografia imbricam-se em um conhecimento menos disperso e fragmentado, firmando-se como essenciais para a superação do desafio ambiental, que clama por outra relação sociedade/natureza.

Dessa forma, foi de especial importância ao trabalho a revisão e o estudo de conceitos e premissas da ecologia política, como as ideias de desigualdade, vulnerabilidade e (in)justiça ambiental, pois evidenciam o caráter desigual de apropriação e acesso ao ambiente na sociedade (ACSELRAD *et al.*, 2009). Os sujeitos tidos como dominados, aqueles socialmente marginalizados, são também aqueles que vão sofrer as mazelas ambientais de maneira mais intensa. A racionalidade econômica vigente, que visa sempre a obtenção de ganhos de produtividade e o lucro, acaba por justificar a desigualdade ambiental. As relações sociais são “naturalizadas”. Ignora-se seu caráter de relações instituídas por meio de lutas e conflitos e instaura-se a concepção de que o homem deve dominar a natureza e, logo, também o homem, num *continuum* histórico que nega outros possíveis históricos e a conscientização dos dominados de sua condição (PORTO-GONÇALVES, 2016).

Na tentativa de traduzir todas essas questões para o processo educativo e para a escola, propôs-se neste trabalho revisitar o vasto trabalho do professor Paulo Freire. Para pensar em possibilidades de transcender a condição de sujeitos excluídos, silenciados, vulneráveis e susceptíveis às mais variadas injustiças ambientais e, como consequência e a partir dessa perspectiva, ajudar a superar a realidade ambiental imposta à sociedade, a obra do pedagogo nos ensina a importância da

conscientização e da humanização dos homens. Só assim, e por meio do diálogo e do engajamento, a libertação do homem será possível e verdadeira (FREIRE, 1977).

Portanto, o trabalho de educação popular do pedagogo fornece potencialidades e caminhos para uma perspectiva de educação ambiental que possibilita a libertação do sujeito oprimido e transforma o ato de educar num ato essencialmente político. Dá ferramentas para que seja possível ao educando reconhecer-se como sujeito no espaço e, ao conseguir relacionar o conteúdo trabalhado em sala de aula à sua realidade concreta, toma consciência de sua situação para, então, tornar-se protagonista na produção e reprodução de sua vida e do espaço onde vive.

Os desafios a serem enfrentados para a realização dessa perspectiva na realidade atual das escolas de nível fundamental e médio no Brasil, em especial, no ensino de Geografia, perpassam por toda a estrutura educacional nacional. Para elucidar esses desafios, faz-se necessária a análise documental da legislação e diretrizes educacionais tangentes ao tema (LDB; PCNs; Projetos Político Pedagógicos), dos livros didáticos – suas propostas e conteúdos e como abordam as questões ambientais – bem como um entendimento mais profundo da prática educativa e como ela pode ser compatível com a proposta aqui apresentada.

O estudo da literatura mostra, de forma convincente, que os elementos trazidos por Paulo Freire para pensar a educação libertadora e problematizadora, como a conscientização e a superação da condição de oprimido do educando, a reflexão crítica, o diálogo e o respeito às diferenças vêm ao encontro de uma proposta que visa repensar a questão ambiental na educação, à luz do paradigma de uma ecologia política popular e transformadora que defende uma justiça ambiental radical. Para tal, a pesquisa da estrutura e da realidade escolar vislumbra um caminho de necessidade da insistência de uma práxis educativa crítica e dialógica, a fim de estruturar processos educativos que favoreçam a superação das relações de poder consolidadas e garantir a transformação objetiva e subjetiva da condição de vida, em especial, daqueles que mais sofrem com a injustiça socioambiental.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2016.

## ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP): CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA VILA DO ARVOREDO, FLORIANÓPOLIS (SC)

Giully de Oliveira<sup>20</sup>

Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas<sup>21</sup>

Mariane Alves Dal Santo<sup>22</sup>

**Palavras-chave:** Área de Preservação Permanente (APP), conflitos socioambientais, Vila do Arvoredo.

O trabalho aborda a comunidade vila do Arvoredo localizada no bairro Ingleses no município de Florianópolis no Estado de Santa Catarina. A comunidade iniciou a ocupação em 1980, em área de dunas, ou seja, Área de Preservação Permanente (APP)<sup>23</sup>. Nos anos 80 quando as famílias começaram suas instalações calculava-se um total de 30 famílias<sup>24</sup>, atualmente são 270 famílias<sup>25</sup> que compõem a comunidade Vila do Arvoredo. Considerando que a comunidade está instalada em uma APP e área de risco, existem vários conflitos socioambientais enfrentados pela comunidade diariamente, como: moradias precárias, saneamento básico, violência, preconceito entre outros. Ambientalmente, legalmente e socialmente, não é saudável a existência da comunidade neste espaço para ambos os lados (comunidade e ambiente). Ambientalmente é inevitável que a fixação desta comunidade sobre o ecossistema de dunas, um importante ambiente de transição para diferentes espécies, não venha a causar impactos, pois, existe deposição de dejetos, diferentes formas de edificações que comprometem o substrato, extinção de espécies, contaminação do lençol freático (na região existe o aquífero freático dos Ingleses). Legalmente, as APP foram instituídas pelo Código Florestal e consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, podendo ser públicas ou privadas,

---

<sup>20</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

<sup>21</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

<sup>22</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

<sup>23</sup> Área de Preservação permanente – APP. Segundo LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, Art. 3º II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

<sup>24</sup> Chesini (2012).

<sup>25</sup> Informação cedida pela assistente social responsável pela área.

urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa. Socialmente, as moradias são precárias, colocando em risco a vida dos moradores, ocasionando problemas de saúde (doenças respiratórias e dermatites) e com total ausência de saneamento. Sendo assim, o objetivo deste artigo é identificar os impactos socioambientais presentes na comunidade vila do Arvoredo.

A pesquisa foi conduzida dentro de uma abordagem qualitativa, segundo Dencker (1998 p. 97), “a pesquisa do tipo qualitativa requer a observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos”. Teve como desenho de pesquisa, um estudo de caso, adotando como estratégias metodológicas: análise de dados secundários, análises documentais e entrevistas semiestruturadas. A análise de dados secundários, consiste na revisão de jornais, portais eletrônicos, artigos, e produções acadêmicas. Já as análises documentais tratam-se da lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que diz respeito a APP e o decreto municipal n.º 112 de maio de 1985, que define as dunas dos ingleses como APP. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três pessoas da comunidade civil e dois servidores de órgãos municipais. Registros fotográficos foram feitos, para auxiliar o material da entrevista, assim como a caracterização do impacto ambiental. Encerrada a coleta de dados, os dados foram organizados e selecionados para produção do material.

A praia dos Ingleses onde está instalada a comunidade, apresenta uma grande extensão de orla, suas dunas podem variar de cinco a oito metros de altura, com a conformação moldada pela direção do vento e estendem-se até a praia do Santinho, GRANDO (2011).

Os moradores relatam a vinda por busca de emprego, o que leva por consequência a busca de abrigo, com dificuldades em pagar aluguel ou adquirir algo em área legal, as ofertas na região de dunas eram mais acessíveis. As famílias são oriundas de diferentes lugares, segundo o relatório socioeconômico realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2005. Cerca de 33% das pessoas vieram do interior do estado de Santa Catarina, 9% oriundos da grande Florianópolis, o restante vindo de outros estados, sendo que Paraná e Rio Grande do Sul possuem uma certa representatividade, 25% do Paraná e 29% do Rio Grande do Sul. As ocupações

ocorreram de forma desordenada, sem critérios urbanísticos. Esta expansão de edificações conflita com o ecossistema de dunas móveis, fixas e semifixas, em estado de constante degradação. (GRANDO, 2011).

No Brasil a intenção de proteger os ambientes naturais, com os seus diferentes ecossistemas vêm desde a criação do Código Florestal de 1934. Trata-se de uma proposta preservacionista, relacionando o uso da propriedade em função do tipo de floresta existente. Essa proposta foi analisada e aperfeiçoada por trinta e um anos, até surgir o Código Florestal de 1965 que apresentou importante instrumento disciplinador das atividades florestais ao declarar as florestas existentes no território nacional como bens de interesse comum a toda a população e limitou o uso da propriedade rural por seus proprietários (BORGES, 2011, p.1203).

As APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas também uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica e a proteção do solo para, assim, assegurar o bem-estar das populações humanas. O papel regulador dos ciclos naturais realizado pelas APPs é fundamental para a manutenção do equilíbrio ecológico (TUNDISI & TUNDISI, 2010; SILVA *et al.*, 2011).

Considerando que a comunidade Vila do Arvoredo, está instalada na área de dunas dos Ingleses, uma APP, é inevitável não constatar os impactos ambientais que a APP sofre devido a ação humana.

Em trabalho de campo foi possível observar alguns impactos de forma superficial, como: a contaminação da água e do solo e a produção de resíduos depositados em área de dunas (os moradores tentam fazer barreiras para conter as dunas). Os moradores sofrem com o reflexo de viver em uma APP. Alguns já tiveram suas casas soterradas pela areia, outros foram atingidos por inundações devido a mudança da maré. São comuns problemas de pele e respiratórios.

A paisagem das dunas encontra-se alterada, pois ao longo da vila do Arvoredo pode-se encontrar diferentes edificações, onde co-existem desde pequenos “barracos” à casas de alvenaria. Toda moradia produz resíduos sólidos e líquidos, embora alguns entrevistados tenham comentado a existência de fossa-filtro (fossa

séptica), ao caminhar pela Vila é possível observar algumas valas a céu aberto. A produção de lixo parece ser bem maciça. Segundo um morador, a coleta é feita, porém, as práticas na comunidade são ruins, embora exista coleta, muitos moradores jogam o lixo nas dunas, acumulam nos cercados, ou queimam.

Diante da situação irregular da comunidade, eles não têm acesso a água e luz de forma regular, a grande maioria possui os serviços de forma clandestina “gato”. Devido a isto, as instalações são irregulares, ou seja, malfeitas, deixando os moradores em situação de risco.

As regiões de restinga e dunas possuem uma vegetação específica, espécies de gramíneas e plantas rasteiras que ajudam na formação e fixação das dunas. Na vila do Arvoredo podem ser observadas espécies invasoras, possivelmente trazidas pela ocupação humana. As dunas são sistemas naturais eficientes contra a erosão das praias e acabam funcionando como reservas de areia para as mesmas. Elas, também, funcionam como barreira impedindo que aconteça invasão de áreas já que a areia é transportada pelo vento e mar. Diante de tempestades poderão ajudar a impedir a progressão do mar.

Os litorais do mundo estão sendo transformados em espaços vulneráveis por meio de ações danosas, como a eliminação de dunas para facilitar a construção de edifícios e de infraestrutura de apoio, bem como o nivelamento de praias e dunas para facilitar o acesso e criar espaços de recreação.

Embora, exista uma legislação determinando dunas e restinga como APP, essas áreas compõem regiões de conflitos socioambientais bem extensos. Esses espaços tornaram-se elementos de interesse social. Existe a especulação por grandes empreendimentos e recreação como também busca por moradia pelos grupos sociais menos favorecidos.

No caso da comunidade do Arvoredo o conflito está posto, a comunidade cresceu intensivamente nos últimos anos e propostas de realocação da comunidade já surgiram, onde, algumas famílias foram removidas, mas, as moradias continuavam nas dunas, atraindo novos moradores e o problema nunca foi totalmente resolvido. Atualmente a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA)

possui uma área para realocar as famílias, porém, abrigaria apenas, 96 famílias, numero este que não contempla todas.

O órgão ambiental responsável por fiscalizar e monitorar a área, não possui um projeto de recuperação ambiental a ser executado, pois, aguarda o realojamento das famílias por parte da SMHSA, para assim, desenvolver uma proposta de recuperação. Para caracterizar melhor os impactos socioambientais são necessárias medidas como: retomadas ao campo, análises ambientais que comprovem a contaminação do solo e água, bem como um estudo avançando sobre as mudanças no ecossistema de dunas.

#### **Referências:**

BORGES, Luis Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira; PEREIRA, José Aldo Alves. JÚNIOR, Luiz Moreira Coelho; BARROS, Dalmo Arantes de. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.7, p.1202-1210, jul, 2011.

CHESINI, Taís Sbeghen. **A vila do Arvoredo: a persistente luta por moradia.** Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social UFSC. Florianópolis, 2012.

DENCKER, Ada de Fritas M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

GRANDO, Silvia Eloisa. **A territorialização em saúde como instrumento para a vigilância em saúde na comunidade vila do Arvoredo – Ingleses.** Dissertação. Programa de pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN. UDESC. Florianópolis, 2011.

SILVA, J.A.A. et a l. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. 2011. 124p.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, T.M. **Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos.** Biota Neotropica, Campinas. v.10, n. 4, p. 67-76. 2010.

## EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DA CISÃO ENTRE CULTURA E NATUREZA

Yanci Ladeira Maria<sup>26</sup>

**Palavras-chave:** cultura, natureza, geografia, epistemologia

Este trabalho tem como objetivo propor para a geografia um olhar não dicotômico da relação entre cultura e natureza, conceitos comumente colocados como pares opostos da relação dos seres humanos com o mundo. Esta abordagem pretende não mais separar cultura e natureza, mas sim, refletir sobre a integração destas esferas. O debate a respeito da superação da cisão entre cultura e natureza ganha cada vez mais evidência no campo da antropologia, mas ainda apresenta uma inserção incipiente na geografia, ciência que desde suas origens busca compreender a relação entre sociedade e natureza.

O debate proposto apresenta-se teórica e metodologicamente pautado em estudos que tiveram como ponto de partida a relação com o mundo de grupos humanos que são diferentes da relação ocidental e moderna (DESCOLA, 2005; VIVEIROS DE CASTRO, 2002); em estudos que questionam o discurso da cisão entre cultura e natureza enquanto na prática ocorre a hibridação entre elas (LATOUR, 1994); em estudos que procuram mostrar que a relação humana com o mundo sempre será mediada pela simbolização do meio (BERQUE, 2008); e por estudos que refletem sobre o crescimento conjunto dos seres, das coisas e do mundo (INGOLD, 2013). Esta discussão insere-se na geografia a partir da concepção de espaço de Doreen Massey (2008) e também de uma revisão do conceito de paisagem, que procura compreendê-lo para além dos paradigmas dicotômicos da modernidade (MARIA, 2016), considerando que o espaço e a paisagem são peças importantes para a superação da dicotomia entre cultura e natureza.

A oposição entre natureza e cultura não é uma oposição universal para todos os grupos humanos e, conforme Philippe Descola (2005), não é apenas porque ela é desprovida de sentido para outros que não os “Modernos”, mas também pelo fato de

---

<sup>26</sup> Doutora em Geografia PPGF/USP. Este trabalho tem como base a dissertação de mestrado e a tese de doutorado da autora, pesquisas que receberam financiamento em forma de bolsa de estudos da CAPES e do CNPq, respectivamente.

que ela aparece tardiamente no curso do desenvolvimento do pensamento ocidental. Conforme este autor, nós, que partilhamos a cultura ocidental moderna, fazemos parte da ontologia naturalista, ou, Naturalismo Moderno, que teve suas origens na revolução científica do século XVII e atingiu sua forma completa no século XIX com Darwin. E, das quatro ontologias definidas pelo autor (ou, modos de identificação e de relação que distribuem as propriedades dos seres do mundo), esta é a única em que predomina a dissociação entre natureza e cultura, entre humanos e não-humanos.

Sendo assim, podemos reforçar a abordagem já aceita por algumas vertentes das ciências sociais de que as concepções de natureza são construídas socialmente e variam de acordo com determinações culturais e históricas. E, que a ciência é uma prática social que não está isolada das outras, portanto, não confere uma neutralização (cultural) à natureza.

Partindo deste ponto, podemos questionar tanto a projeção deste paradigma dualista (Natureza X Cultura) sobre as outras culturas, quanto o discurso de afirmação do conhecimento científico como superior, já que se fortalece pela desqualificação dos outros saberes que por não terem as mesmas bases (objetividade, neutralidade) não são capazes de acessar a realidade, continuando crenças e misticismo.

A partir deste caminho teórico, pretende-se obter como principais resultados: a) a compreensão de que revisitar os conceitos é fundamental para abertura do futuro, já que assim não mais apenas reproduzimos sem reflexão, tanto teórica quanto na prática, os paradigmas hegemônicos do presente e do passado; b) a compreensão de que a cisão entre cultura e natureza (que na ciência resultou em duas grandes vias de produção de conhecimento) só é possível devido à objetificação não apenas dos métodos de análise científicos, mas da natureza (que a separa da cultura), e que esta objetificação é um dos modos de compreensão do mundo, mas não é o único; e c) a germinação de um debate teórico na geografia que pretende basear-se em uma única esfera de cultura-natureza (uma outra perspectiva de natureza) e abordar questões referentes à relação da humanidade com a Terra, visando transformar modos de relação, interação e concepção.

Desta maneira, o presente trabalho visa trazer para o campo da geografia os debates relativos à dissolução da ruptura entre cultura e natureza, bem como sobre o desenvolvimento de uma ciência contemporânea que seja capaz de dialogar e integrar os conhecimentos, os modos de relação com o mundo que diferem da hegemonia ocidental.

**Referências bibliográficas:**

BERQUE, Augustin. *La pensée paysagère*. Paris: Archibooks, 2008.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris : Bibliothèque des Sciences humaines. Gallimard, 2005.

INGOLD, Tim. *Marcher avec les dragons*. France: Zones sensibles, 2013.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MARIA, Yanci Ladeira. *Paisagem: cultura-natureza em perspectiva. Uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, FFLCH, 2016.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço. Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena (capítulo 7)*. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2002.

**ETHOS ZELOZO E ESPAÇO GEOGRÁFICO. RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE  
TÉCNICA E ÉTICA A PARTIR DA VISÃO INDISSOCIÁVEL ENTRE NATUREZA E  
SOCIEDADE NAS ECOVILAS GENUÍNAS**

Severiano José dos Santos Júnior<sup>27</sup>

Catherine Prost<sup>28</sup>

**Palavras-chave:** espaço geográfico, técnica e modernidade, *ethos* zeloso, ecovilas genuínas

**Apresentação e Objetivo(s)**

Intenta-se investigar ecovilas e grupos afins como modelos socioespaciais que propõem mudanças na atual dissociação moderna entre sociedade e natureza, um dos eixos da crise civilizatória moderna. Busca-se delinear os aspectos políticos e éticos contidos na sustentabilidade e no comunitarismo, fundamentos para o modo de ser e de habitar zeloso das ecovilas genuínas e refletir sobre seus sistemas valorativos e técnicos, tendo em vista os lugares zelosos no contexto do meio técnico-científico-informacional.

- Caracterizar e delinear a crise moderna como crise do racionalismo técnico-científico e mercantil que engendrou um modo de habitar desmesurado e maculou relações entre sociedades e natureza.
- Definir e significar a categoria filosófica do *ethos* como apoio para a compreensão ontológica e ética do modo de ser e de habitar o lugar zeloso, no contexto do meio técnico-científico-informacional.
- Analisar o *ethos* zeloso, tendo em vista mudanças paradigmáticas propostas por movimentos sociais contraculturais de bases ambientais e comunitárias a partir de um vínculo originário com a Terra, em meio ao mundo.

---

<sup>27</sup> Professor Dr. Departamento de Geografia - Instituto Federal da Bahia (IFBA)/Campus Salvador.

<sup>28</sup> Professora Dra. Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal da Bahia (UFBA).

- Investigar princípios e práticas dos sistemas técnicos sustentáveis e zelosos que sustentam materialmente o *ethos* das ecovilas, a partir de um horizonte ontológico de base cósmica, terrena e mundana.
- Apresentar uma referência teórica da relação espaço-técnica como modo de caracterização da relação sociedade-natureza ao longo da história humana até a contemporaneidade.
- Analisar os sistemas técnicos e valorativos presentes nas ecovilas como forma de agregamento coletivo para o estudo, aplicação e difusão de sistemas zelosos de relação cultural e produtiva com o meio natural, tais como a bioconstrução, agrofloresta, agricultura ecológica, entre outros, em especial a permacultura.
- Investigar criticamente a construção do *ethos* das ecovilas genuínas com base na espacialização e gestão de seus sistemas técnicos e de valores e na relação entre realidade geo-histórica e construção prática de seus sonhos.

## **Metodologia**

A possibilidade de elaboração teórica desses temas passa necessariamente por uma visão complexa, dinâmica e intercambiante daquilo que se busca compreender. Nesse contexto, identificamos quatro tipos de abordagens metodológicas que foram a base da pesquisa desenvolvida no doutorado, que deu origem a este trabalho: o dialógico, a dialética, a fenomenologia e a holismo-fractal.

Por outro lado, os resultados desta pesquisa visaram um processo de estudo interdisciplinar e contextualizado das ecovilas genuínas, e experiências afins, a partir da realidade brasileira. A teoria e prática se intercambiaram no processo de análise bibliográfica e textual, bem como nas visitas à campo e em uma pesquisa *survey* realizada envolvendo o território nacional.

Uma abordagem teórica dialógica e integrativa sobre a relação entre natureza e sociedade nasce no contexto.

## Principais resultados

Desenvolvimento de um quadro teórico e empírico das ecovilas genuínas e experiências afins em território brasileiro.

A identificação do *ethos* zeloso com base na análise dos sistemas valorativos e técnicos das comunidades intencionais sustentáveis permitiu o entendimento teórico indissociado entre a modelagem socioespacial e os sistemas naturais onde crescem.

Os sistemas técnicos ecológicos ou sustentáveis, como a agroecologia, a agrofloresta, a permacultura, a bioconstrução, energias renováveis, sistemas de tratamentos ecológicos, dentre outros, possibilitam a compreensão da natureza a partir do conceito grego de *physis* e a *thécné* como arte do desocultamento do ser. Produzir, nessa visão, significa deixar ser o que se é – o natural é o movimento consciente e cuidadoso do humano em seu trabalho coletivo e co-operativo sobre e com o meio.

Os sistemas valorativos presentes em comunidades sustentáveis genuínas estão carregados de metáforas, antigas e contemporâneas de um sentido de pertencimento entre o humano e a Terra. Isto faz com que retorne para o plano de frente da reflexão filosófica do espaço geográfico o propósito, ou a teleologia, do cosmos na construção humana do mundo. Nesse sentido, Terra e Mundo se comprazem na unidade do cuidado e do habitar a terra.

Todo este processo provoca novas percepções epistemológicas que são necessárias para a revisão das chamadas práticas ambientais, de qualquer e todo agente social. Se o alcance político da ideia de uma teleologia cósmica na ação humana é algo ainda hoje difícil de ser pensado, ainda assim, os resultados ecológicos, socioculturais e econômicos dos sistemas técnicos zelosos não deixa margem para dúvida quanto à sua efetividade objetiva.

As ecovilas genuínas e as comunidades tradicionais são espaços privilegiados para a análise local e global dessas proposições. Sua universalidade alia-se à sua pluralidade para destacar um modo zeloso de incorporação do natural no social e vice-versa. Em tempos de conflitos paradigmáticos, o que ocorre é o aparecimento de zonas híbridas, onde a autenticidade da relação natural-social é desafiada.

Este trabalho abre para a compreensão de que a questão ambiental envolve questões jurídicas e institucionais, as quais demandam novas teorias e formas de visualização do ambiente natural na relação com as sociedades humanas, em toda sua diversidade. O *ethos* zeloso reconhece a alteridade de todos os seres sobre/na Terra e pode empurrar isto para o jogo político, institucional e jurídico.

### **Referências bibliográficas.**

BANG, J, Martin. Ecovillages: A practical guide to sustainable communities. Gabriola Island: New Society Publishers, 2005.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, 199 p.

HEIDEGGER, M. Ensaios e conferências. Trad. Emmanuel C. Leão; Gilvan Fogel, Marcia Sá C. Schuback. 3ª edição. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2006. 269p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2002. 342 p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS JR., Severiano José dos. Zelosamente habitando a Terra. Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas. 443 f. il. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

## GEOGRAFIA POLÍTICA NA BACIA DO PRATA: ASSIMETRIAS NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SEUS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE

Isabela Espíndola<sup>29</sup>

Tatiana de Souza Leite Garcia<sup>30</sup>

**Palavras-chave:** Águas internacionais; Bacia hidrográfica transfronteiriça; Bacia do Prata; gestão compartilhada.

A água é motivo de poder, conflito e cooperação entre os Estados em decorrência de sua importância e indispensabilidade para a vida dos seres vivos. As preocupações a respeito da utilização e aproveitamento da água de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável devem fazer parte da agenda de todos Estados e instituições internacionais que atuam no Sistema Internacional. Nesse sentido, considera-se essencial que os recursos hídricos, sobretudo aqueles que podem ser compartilhados por vários países e por múltiplos setores econômicos e grupos sociais, possuam uma gestão adequada para atender as demandas e enfrentar os desafios que o setor hídrico oferece para qualquer país. Através da pesquisa bibliográfica e documental, este artigo analisa as assimetrias na gestão de recursos hídricos transfronteiriços na Bacia do Prata. Historicamente, a Bacia do Prata foi palco de contestações e conflitos entre os cinco países beneficiários de suas águas internacionais. Contudo, a partir da celebração de Tratados Bi e Multilaterais, especialmente na área energética, as relações regionais assumiram outros níveis. Partimos das abordagens da geografia política, das relações internacionais e do direito para analisar o aparato normativo criado para a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Apesar da existência de Tratados e projetos de cooperação entre os países que compartilham dos recursos hídricos provenientes da Bacia Prata e de suas sub-bacias, verificou-se que há muitas disparidades no acesso e aproveitamento de suas águas, especialmente nas faixas de fronteira. Outro aspecto que demonstra a assimetria entre os países platinos, refere-se aos diferentes instrumentos empregados na

---

<sup>29</sup> Internacionalista e Economia. Mestre em Ciências Ambientais. Doutoranda em Geografia Humana pelo PPGH – USP.

<sup>30</sup> Internacionalista e Geografa. Mestre em Geografia, Geopolítica e Gestão do Território. Doutoranda em Geografia Humana pelo PPGH – USP.

gestão doméstica das sub-bacias que compõe a Bacia do Prata, expressando a falta de percepção da conexão e dos princípios norteadores de gestão integrada de bacias hidrográficas transfronteiriças.

## **Referências**

ALMEIDA, B. R.; CASTRO, E. L. F.; RIBEIRO, M. R. S. Recursos hídricos transfronteiriços no MERCOSUL: sustentabilidade, gestão compartilhada e cooperação internacional. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão**, p. 355-389, 2015.

ASSUNÇÃO, F. N.; BURSZTYN, M. A. Conflitos pelo uso dos recursos naturais. In: THEODORO, S. H. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 53-69.

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política internacional**, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.

BERNARDES, C. A. **A má utilização de águas doces compartilhadas por nações e suas implicações**. 2013. 51 f. Trabalho de Conclusão (especialização) - Curso de especialização em Direito Internacional, Ambiental e Consumidor, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CALHMAN, O. K. B.; HORA, M. A. G. M. Shared Management of Water Resources among Sovereign States in Latin America: The Case of the River Plate Basin. **Journal of Environmental Protection**, v. 7, p. 1089-1095, 2016.

CANOTILHO, J. J. G. **O Regime Jurídico Internacional dos Rios Transfronteiriços**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

CAPONERA, D.A. Patterns of Cooperation in International Water Law: Principles and Institutions. **Natural Resources Journal**, vol. 25. p. 563, 1985.

CASTRO, J. E. Water governance in the twentieth first century. **Ambiente e Sociedade**, 2007, Vol. X (2): 97-118.

CAUBET, C. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri, SP: Manoel, 2006.

JACOBI, P. R. Governança da Água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (org.). **Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2009: 35-59.

KETTELHUT, J. T. S.; PEREIRA, P. R. G. Gestão de recursos hídricos transfronteiriços: experiência brasileira da bacia do rio da Prata. **REGA**, Vol. 3, no. 2, p. 5-12, jul./dez. 2006.

MENDIONDO, E. M. **Gestão Hídrica Sustentável em Bacias Sulamericanas para o século XXI – Desafios da Hidro-Solidariedade em Projetos Transnacionais**. São Carlos: USP, 2004. Relatório Técnico do NIBH-SHS/EESC/USP.

MIRUMACHI, Naho. Transboundary water security: Reviewing the importance of national regulatory and accountability capacities in international transboundary river basins. **Water security: Principles, perspectives and practices**, 2013, p. 166-177.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)** – 4ª ed., rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 320 p.

## MODERNIZAÇÃO CRÍTICA, CRÍTICA SOCIAL E A NATURALIZAÇÃO NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Anselmo Alfredo<sup>31</sup>

**Palavras-chave:** Crise, naturalização, capitalismo, contradição campo cidade.

A modernização funda-se na formação do trabalho, tanto em sua acumulação primitiva, como em sua formação crítica sob as determinações da terceira revolução industrial fundada na generalização da microeletrônica em sua absoluta dispensa de trabalho perante o processo produtivo e cuja expressão histórica alguns autores chamaram, a partir de Marx, de “colapso” do capital. Nesta medida, objetiva-se relacionar, desenvolvimento das forças produtivas e natureza, sendo esta última forma de consciência fetichista necessária para uma sociabilidade metafísica.

### **Metodologia**

Trata-se de pesquisa bibliográfica a respeito da discussão relativa à natureza em Marx a partir do fetiche da mercadoria e do capital.

### **Principais resultados**

Para o que nos concerne, considere-se que Marx estaria sob a fundamentação hegeliana relativa à essência e à aparência em que o fenômeno, ao ser expressão da essência, não coincidiria com ela, mas a esconderia tornando a natureza (o valor se posicionando como natural da mercadoria) forma estrita de consciência e inevitavelmente consciência a respeito da sociedade. A partir daqui a unidade entre natureza e fetichismo seria inerente à crítica de Marx, de modo que o ser em si do natural se constituiria estritamente em forma de consciência própria do indivíduo, socializado pelo capital. A natureza e a naturalização, ao mesmo tempo em que coincidiriam entre si enquanto forma de consciência, colocar-se-ia sob a contraposição inexorável para com a sociedade. Nesta medida, naturalizar, na crítica de Marx, seria fundamentalmente, naturalizar a sociedade e, assim, o valor ou a valorização.

---

<sup>31</sup> Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Do ponto de vista da contradição campo cidade, teríamos tanto em um como em outra a unidade pela dispensa de trabalho do processo produtivo unido na desvalorização do valor. Nisto, a produção agrícola passaria a ser concorrente aos capitais urbanos na aquisição de montantes cada vez maiores de riqueza monetária. A expansão agroindustrial do capital estaria vinculada, assim, à redução da remuneração do capital total ou àquilo que Marx considerou ser a “queda tendencial da taxa de lucro”. Nesta medida, a redução do lucro industrial e urbano buscaria compensação em sua expansão agrícola devido ao sobrelucro que se adquiriria através da renda da terra. No entanto, a “metamorfose do sobrelucro em renda da terra” pressuporia a produção de valor social para que pudesse ser distribuído a capitais agrícolas pela forma preço e pela taxa média social de lucro, no que a “renda absoluta da terra” sintetizaria a contradição em questão.

Diante do processo crítico do capital e sua expansão fictícia, cada vez mais, a natureza torna-se forma de naturalização do valor através do dinheiro. Um desdobramento desta forma crítica, no que se refere à natureza, seria a naturalização da própria natureza, onde a mesma, vista a-socialmente, justificaria processos expropriativos e violentos como condição da atual reprodução capitalista.

## **Referências**

GROSSMAN, Henryk. La ley de La acumulacion y Del derrumbe Del sistema capitalista. México, Espanha, Argentina e Colombia: Siglo XXI, 1979.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. v. 1 a 5. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

## NATUREZA ESPETACULARIZADA NO PANTANAL/MS

Mara Aline Ribeiro<sup>32</sup>

Ana Paula Correia de Araújo<sup>33</sup>

Vinicius Carneiro<sup>34</sup>

**Palavras-chave:** natureza, espetáculo, gente, Pantanal.

Considera-se Pantanal a planície de inundação com área de aproximadamente 138.000 Km<sup>2</sup> no centro da América do Sul, entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil, a Bolívia e o Paraguai.

Os primeiros registros de ocupação no Pantanal, contam de aproximadamente duzentos anos. Historicamente, os povos indígenas, primeiros habitantes do Pantanal, caçavam animais silvestres como meio de subsistência, já os fazendeiros os abatiam, sobretudo as onças, para proteger o rebanho, em um processo de domínio da natureza.

No período da colonização do Pantanal, portugueses, espanhóis, paraguaios, bandeirantes, bolivianos, entre outros, chegaram à região, demarcaram as terras, organizaram as fazendas, implantaram a pecuária e adaptaram técnicas para manejo, produção e comércio da carne bovina, dentre elas a de preparação do charque para armazenamento e transporte da carne bovina abatida nas fazendas pantaneiras.

No século passado, a instalação da rede de energia elétrica, em partes das terras pantaneiras, e a aquisição de geladeiras e *freezers*, a produção do rebanho para consumo doméstico começou ser mantida congelada na fazenda.

Com o uso do charque e, posteriormente, da carne congelada, as gentes pantaneiras - referência aos homens, mulheres e crianças que vivem e produzem no Pantanal, independente da origem - começaram a se alimentar da carne de gado, deixando de consumir a carne de caça.

---

<sup>32</sup> Geógrafa, doutora em Geografia pela UNICAMP, docente na FCH/UFMS.

<sup>33</sup> Geógrafa, Pós-doutora pela UFRJ, docente na FAENG/UFMS.

<sup>34</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas e bolsista de PIBIC da ESAN/UFMS.

Com o avanço do capitalismo e da globalização, para o Pantanal se manter no mercado internacional, principalmente a partir da década de 1970, foi necessária a modernização da pecuária que, junto ao advento do turismo conduziram a região para um reordenamento na relação com a natureza.

Desde o século passado, diversas concepções sobre a natureza permeiam o pensamento da humanidade. Diferentes autores, discutem e imprimem as noções de natureza conforme o momento histórico e social vigente, e, condizentes com as formas de produção e de acumulação de capital determinado pelo mercado globalizado.

No Pantanal, diferentes elementos podem ser elencados como condutores na construção das novas relações com a natureza. Porém, a utilização de animais silvestre como elemento de espetacularização da natureza para atender a atividade turística se destaca.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia da pesquisa, referenciada na observação, no levantamento de dados e em entrevistas, interpretados à luz da Geografia direcionou este estudo, cujo principal objetivo é “compreender a espetacularização da natureza como um dos elementos que compõem as novas relações, ora em construção, entre as gentes pantaneiras e a natureza”.

O artigo se apoiou teoricamente na Geografia, permeado pela antropologia, economia e sociologia. O estudo se respaldou em autores como Santos (2002), Smith (1988), Debord (2003) e Luchiani (1999), além de pesquisadores das especificidades pantaneira, como: Ribeiro (2015) e Araújo (2006).

A dicotomia sociedade e natureza calcada em teorias desenvolvidas ao longo do tempo, não representa, na contemporaneidade, a transformação na relação do ser humano com a natureza.

As mudanças nessas relações intensificaram com a emergência do capitalismo, Smith (1998). Para garantir a manutenção na ordem do capital, sociedade e natureza se transformam e passam por um processo de espetacularização, Debord (2003).

Nesse sentido, pode-se atribuir a caça uma prática social secular da gente pantaneira. Para essas pessoas não se trata de uma agressão ou um crime ambiental, mas uma forma de relacionamento com a natureza construída ao longo de séculos.

O processo de mudança é prenhe de contradições, como é o caso do cumprimento de uma determinação do patrão para o empregado exterminar o animal que ataca o rebanho e a transformação desse animal “hostil” em espetáculo da natureza. A onça deixou de representar uma ameaça e ascendeu ao status de atrativo turístico - um espetáculo, gerador de empregos e de renda. Nesse momento, a natureza é transformada em espetáculo (LUCHIARI, 1999).

A reorganização econômica na região a partir da década de 1970, com a ascensão da atividade turística, transformou o Pantanal em atrativo turístico e, conseqüentemente, para os interessados em trabalhar no local.

Turistas, trabalhadores e investidores do país e do mundo, adentraram terras pantaneiras com diferentes objetivos, culturas e maneiras de relacionar com a natureza e iniciou um processo de reestruturação nas formas de viver social e ambiental. Pode-se atribuir as alterações no convívio com a natureza ao turismo.

O turismo é uma atividade econômica que promove a espetacularização da natureza para obter lucro. Os empresários que trabalham com a pecuária e o turismo no mesmo espaço vislumbram os animais como gerador de renda.

A produção no espaço pantaneiro, ditada pela totalidade mundo, mercantilizou a natureza. A flora e a fauna pantaneira passaram a ter valor econômico, representa produtividade, lucro, aumento de receita.

Para garantir a atração turística e atender ao turismo, as pousadas domesticam os animais, sofisticaram o habitat e urbanizaram modos de vida.

As transformações na natureza assumem um papel relevante no atual formato de produção, inserindo a comunidade na ordem mundial por intermédio do trabalho.

As gentes pantaneiras envolvidas com o turismo espetacularizam a natureza para participar do ciclo produtivo, identificam a relevância dos fatos como modelo implantado e reorganizam o território.

Por fim, um trabalho de pesquisa que envolva transformação e natureza deve ser constante; especificamente nesse caso, os principais resultados obtidos, até então, permeiam a ideia de transformação da natureza em espetáculo, sobretudo, no mundo do trabalho pantaneiro.

### **Referências Bibliográficas:**

ARAUJO, A. P. C. **Pantanal, um espaço em transformação**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006. (Tese de doutorado).

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html/>

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e organização em Ubatuba-SP**. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1999. (Tese de doutorado).

RIBEIRO, M. A. **Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

SANTOS, M. **Natureza do espaço**. 4. ed. 5. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

## PERSPECTIVAS PARA UM CONCEITO INTEGRADO DE AMBIENTE NA GEOGRAFIA

Fernando Souza Damasco<sup>35</sup>

Sandra Baptista da Cunha<sup>36</sup>

**Palavras-chave:** ambiente, geografia integrada, sociedade/natureza, cidade.

A proposta do presente trabalho é fazer um retrospecto do conceito de *ambiente* e de sua utilização nos estudos geográficos, definindo-se os maiores desafios para a construção de uma abordagem conceitual integrada, que evite reducionismos e determinismos espaciais e que, ao contrário, seja capaz de articular os diversos e complexos movimentos de produção do espaço geográfico na atualidade. Para tanto, recorreu-se a um sólido arcabouço geográfico, que envolveu os principais autores que se debruçaram sobre o tema, na tentativa de traçar um panorama tão abrangente como as diversas correntes do pensamento geográfico que pensaram a *natureza* e o *ambiente* e sobre eles construíram diversas composições conceituais.

Com o apogeu da questão ambiental, a partir da segunda metade do século XX, uma série de autores passa a se debruçar mais profundamente sobre as relações homem/natureza, embora esta tradição na Geografia esteja ligada à própria institucionalização do saber geográfico. Na atualidade, entretanto, a Geografia da Natureza, por sua vez, gradativamente se transformou em uma geografia dos processos físicos ou Geografia Física, como se popularizou. O homem se reduziu nesse contexto à idéia de *ação antrópica*, como se suas ações estivessem desarticuladas de um modo de produção complexo e que envolve diversas escalas de atuação e transformação. O arcabouço bibliográfico analisado aponta para a necessidade de desenvolvimento de um conceito geográfico de *ambiente* que parta da dimensão metabólica, em que uma temporalidade relevante é a que se caracteriza pela transformação material causada pela ação humana e, conseqüentemente, da construção de uma *segunda natureza*. Não se pode

---

<sup>35</sup> Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF), [fernandodamasco@id.uff.br](mailto:fernandodamasco@id.uff.br)

<sup>36</sup> Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF), [sandracunha@openlink.com.br](mailto:sandracunha@openlink.com.br)

compreender o ambiente atualmente, portanto, sem relacioná-lo e considerá-lo circunscrito aos diferentes fluxos que interconectam os diferentes objetos criados pela ação humana, nisto estando contempladas as complexas relações sociais, a cultura, os ideários, mitos, símbolos, utopias, conflitos etc. Neste contexto, chega-se, portanto, a noção de uma *espacialidade diferencial*, em que pode-se enquadrar o meio ambiente como *reflexo social* e como *condicionante social* (CORRÊA, 1992; MOREIRA, 2011). Esta compreensão do meio ambiente como causa e produto reflete-se mais profundamente na cidade, onde desde a decisão sobre a sua localização até mesmo aos produtos mais artificializados da sua construção e sua projeção nos modos de vida, o meio ambiente se faz presente. E, ao mesmo tempo, como produto altamente artificializado, a cidade é a maior projeção do potencial transformador do homem: "Embora seja, como resultante, um organismo artificial, a cidade é, ao mesmo tempo, uma expressão do natural e do humano: a mais complexa e grandiosa expressão material do homem como fator geográfico" (CASTRO, 1966). Esta noção dialética da cidade nos conduz a uma consciência de meio ambiente que envolve as condições de vida e existência do homem. Isto implica um conceito que simultaneamente entenda o ser humano como integrante da natureza e a natureza como parte necessária e integrante do homem e do seu modo de vida. Assim, a conservação da natureza torna-se movimento orgânico de conservação da vida humana; a educação ambiental, expressão maior de conhecimento pleno da natureza existencial do homem; a preocupação com a pobreza, a fragilidade e a vulnerabilidade humana define-se como o cuidado com a constituição dialética do homem e da natureza; e o cuidado com o meio ambiente, uma dimensão umbilical do homem consigo mesmo.

### **Referências bibliográficas**

CASTRO, J de. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CORRÊA, R. L. Meio Ambiente e a Metrópole. In: ABREU, M. A (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Coleção Biblioteca Carioca, vol. 21, 1992.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

## PRODUÇÃO DA NATUREZA NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DOURADOS/MS

Bruno Ferreira Campos<sup>37</sup>

**Palavras-chave:** Natureza, Urbano, Modo de Vida, Dourados/MS

Este trabalho é parte do processo de elaboração de uma pesquisa de doutorado, intitulada “Produção da natureza no processo de urbanização de Dourados/MS”<sup>38</sup>, iniciada em Março de 2015. Expressa, sobretudo, os esforços despendidos até a etapa de qualificação da proposta de tese, realizada em Abril de 2017. Uma vez que os resultados obtidos durante elaboração de uma pesquisa anterior, em nível de mestrado, acerca do “Processo de Ampliação do Perímetro Urbano da cidade de Dourados/MS no ano de 2011”, apontaram para a existência de um processo de resignificação das ideias de Natureza presentes no urbano, chamou-nos atenção a manifestação local deste fenômeno. O lançamento de loteamentos fechados de alto padrão tem ocorrido numa retomada relativamente recente, mas em escala, intensidade e um conjunto de signos, contidos em sua promoção simbólica, diferente de sua primeira manifestação local, ainda na década de 1990. Isto tem consistido, dentre outros aspectos, num marco das transformações ocorridas nas formas do habitar e no padrão dos processos de produção do espaço urbano vigentes até então. Diante deste panorama, tem-se buscado, através desta pesquisa, compreender o significado de Natureza que se manifesta no decorrer do processo de urbanização e da produção do ambiente urbano de Dourados/MS, sobretudo na contemporaneidade, com destaque à busca de caracterizar o papel do planejamento urbano e ambiental na disseminação de tais ideais e padrão de produção da natureza no urbano. Nosso objetivo com este projeto de pesquisa, em última instância, é o de produzir uma reflexão e melhor compreensão acerca da cidade como obra, como nos adverte Lefebvre (2006), e, deste modo, apontar novas possibilidades, menos privatistas e excludentes, de apropriação e uso da natureza no urbano. Diante de tais pressupostos, tem-se compreendido que estamos lidando

---

<sup>37</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

<sup>38</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES durante os primeiros dois anos do curso.

com um objeto de estudo que se situa no contexto de uma área de fronteira, fortemente marcada por sua dinâmica agrária e agrícola. A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, em 1943, como sendo parte de um projeto de planejamento rural, com fins de criar e/ou fortalecer os núcleos urbanos e o urbano enquanto modo de vida, também traz consigo aspectos de certa concepção de natureza, que antecipa o que estamos chamando de projeto espacial da modernidade. A relação estabelecida, localmente, entre o campo e a cidade, sob os delineamentos deste projeto de colonização, desde então, se firma como o projeto de espaço sob o qual Dourados e a sua região é inserida no espaço mundial criado pelo modo de produção capitalista no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Desde a década de 1970, no entanto, com a reestruturação produtiva, este lugar passou a ser produzido enquanto espaço regional que é polarizado pelo município de Dourados. De acordo com os levantamentos de documentos históricos e entrevistas, tem-se verificado que, a partir da década de 1970, passou a predominar um modo de vivenciar as atividades cotidianas de forma a atender uma lógica urbana global, que não raro desvenda-se perversa. Um ambiente urbano passa a se firmar nesta fronteira, à partir da reprodução de modelos urbanos, implantados de forma não raro autoritária, que escapavam à identificação e aceitação dos moradores da cidade, o que se revela através da identificação de um conjunto de conflitos vividos por essa população, para desadaptar-se de um modo de vida tipicamente rural, vivido no campo, e adaptar-se ao modo de vida urbano na cidade, enquanto um novo ambiente que passa a ser produzido de acordo com os preceitos da modernização. No que tange o desenho urbano e o planejamento da cidade de Dourados/MS, emerge, desde então, um conjunto de práticas urbanísticas dotadas de forte apelo estético da Natureza, com o fito de adaptar o (espaço) urbano à nova condição das relações sociais e de produção que foram transformadas. Tais aspectos, e sua vivência enquanto ideologia e realidade, têm assegurado à própria propriedade privada, enquanto fundamento, e à livre iniciativa enquanto meio, a legitimidade necessária para realizar os preceitos desta nova roupagem. Assim, é relegado à capacidade de consumo de cada indivíduo – bem da verdade, um complexo paradoxo – a possibilidade de viver de modo mais ou menos sustentável, ou de modo mais ou menos saudável, como recorre, habitualmente, em seus discursos e práticas, o conceito contemporâneo de Qualidade de Vida. A ideia de Natureza presente nos atuais padrões de produção do espaço urbano está imbuída de um

toque de requinte, onde esta aparece estilizada, *glamourizada*. Diante destas manifestações, realizou-se um debate teórico e um levantamento empírico acerca das ideias de natureza nas novas formas de produção do espaço urbano em Dourados/MS, com o intuito de decifrar agentes, processos e escalas. Nesta etapa da pesquisa tratou-se da produção social da natureza na contemporaneidade, a partir de um olhar para os fundamentos da sua reificação e reincorporação ao urbano na modernidade. A articulação deste amplo debate teórico com nosso objeto empírico se deu numa investigação acerca dos agentes, interesses e conflitos na produção da cidade de Dourados, a partir de levantamento de registros documentais e da dinâmica de atuação dos agentes nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano e de Defesa do Meio Ambiente.

### **Referências Bibliográficas**

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEFEBVRE, Enri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

## QUE BONITO É ESSE? DISPUTAS TERRITORIAS EM TERRAS DO AGRO-ECO- TURISMO NO OESTE DE MATO GROSSO DO SUL

Ângelo Franco do N. Ribeiro<sup>39</sup>

**Palavras-chave:** Turismo, Conflito, Agricultura, Natureza.

Este trabalho é parte da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e teve sua gênese nas reflexões realizadas no Laboratório de Pesquisas Territoriais – LAPET e no Grupo de Pesquisas Território e Ambiente - GTA, sediados na unidade II, da mesma universidade.

Pretendemos, neste trabalho, intitulado “Que Bonito é esse? disputas territoriais em terras do agro-eco-turismo no oeste de Mato Grosso do Sul”, discutir algo construído em Bonito/MS no processo de implantação da atividade turística e agropecuária dividindo as mesas propriedades concomitantemente com a atividade agropecuária e de atratividade.

A atividade dominante no município originalmente foi a agropecuária e sua população, chamada de pioneira, tem heranças com o trabalho rural, com gado e em segundo momento com a agricultura. A construção da marca “cidade das águas” é algo recente que ganhou força em meados da década de 1990 com a exposição midiática e com consolidação do município como destino turístico, e mesmo assim as atividades agropecuárias continuaram em expansão. A mineração chegou a ganhar destaque em alguns momentos devido a estudos de viabilidade mineral, inclusive, com possibilidades de instalação de jazidas de mármore, mas permaneceu apenas com o calcário para fertilizantes.

A problemática da instalação das lavouras no município de Bonito/MS diz respeito ao turvamento dos rios utilizados pelos turistas. Quando isso ocorre, os passeios precisam ficar interditados pela falta de condições de uso das águas para banho. Vários são os argumentos utilizados pelos ruralistas para defenderem que não são

---

<sup>39</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e Técnico de Laboratório de Geoprocessamento da mesma instituição.

os agricultores que provocam tal situação e sim as estradas vicinais, ideia que é rebatida pelos ambientalistas, que se utilizam, por sua vez, de argumentos para mostrar que as lavouras vêm causando o turvamento dos rios no município.

Não podemos atribuir somente às estradas o processo de carregamento de solos para os rios, pois as estradas estão nos mesmos locais há décadas e os problemas mencionados são recentes. Contudo, é obvio que medidas de conservação minimizariam os problemas por enquanto, pois o que deve ser investigado e tomado medidas urgentes são as causas reais dos problemas. Temos histórico de problemas de turvamento de rios em outros períodos (Anexo - A) que as lavouras ocuparam áreas do município.

Obviamente, o turvamento das águas dos rios não é o principal problema que as áreas de lavoura mecanizadas trazem nas áreas que se instalam e se expandem, pois se considerarmos a área de lavoura que o município possui atualmente é de pouco mais de 40.000 ha, menos de 10% da área total do município não seria algo para se preocupar, principalmente, no estado de Mato Grosso do Sul, que possui municípios com percentual muito maior que isso. Porém, o fato está principalmente na importância ambiental e turística que Bonito apresenta e a fragilidade deste ambiente.

Outra questão relacionada à expansão de lavouras que preocupa é o avanço sobre os banhados do rio Formoso e da Prata, pois, além da importância que esses ambientes desempenham na regulação da quantidade e qualidade das águas, é importante habitat de diversos animais, e conforme a legislação atual sua proteção segue muita falha. A gestão anterior da prefeitura de Bonito/MS, em parceria com a Fundação Neotrópica, efetuaram estudos de implantação de UCs nestes ambientes, mas o Sindicato Rural de Bonito impediu por meio de liminar judicial.

Acreditamos que as vias de acesso podem ser um ponto de estrangulamento, tanto do ponto de vista do escoamento da produção agrícola, como de conservação para o uso da população e turistas ou ainda pelo fato de ser condutoras de enxurrada para os rios. As ações de conservação deveriam priorizar a contenção das águas para evitar o direcionamento diretamente para os rios. O mosaico de fotos a seguir (Figura 70) mostram ações do poder público na manutenção das estradas que

potencializam o carregamento de solo para o interior dos rios e córregos e também obras urbanas com armazenamento de materiais próximas as margens dos córregos.

Uma proposta viável é a realização de zoneamento que parta da participação de todos os setores, pois o formato atual de produção de instrumentos de planejamento não garante a participação popular, tendo em vista que se as políticas não envolverem a população e os interessados, acabam caindo no esquecimento e servindo apenas como palco de discurso e disputas entre oligarquias. São necessários estudos técnicos sérios para avaliar a situação ambiental das áreas de banhados e qualidade das águas.

Uma questão fundamental é o posicionamento do *trade* turístico municipal, que se ausenta do debate perante questões ambientais do município. É fundamental, para avançar na garantia da produção do território de multiplicidades, que os envolvidos com o turismo se posicionem perante questões fundamentais na manutenção da atividade turística, como a proteção dos banhados. Após a pesquisa, fica claro que as decisões são tomadas na esfera política, e o atual afastamento de parcela significativa da população da política tem provocado a manutenção do controle decisório nas mãos dos representantes do agronegócio.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS (Org.). *Transgênicos: As sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BONITO, C.V.B. *Inventário Turístico de Bonito e Região*. Observatório do Turismo e Eventos de Bonito – MS. Bonito Convention & Visitors Bureau Bonito, 2016.

FAMASUL. *Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio - Siga MS*. Disponível em: <<http://www.sigaweb.org/ms>>. Acesso periódico de 2014 até 2017.

IBGE. *Censo Agropecuário de 2006*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

**ANAIS – RESUMOS EXPANDIDOS**  
**Seminário Perspectivas de Natureza**  
**Departamento de Geografia – FFLCH/USP – 5 a 8 de Junho de 2017.**

LIMA, F. A. N. de S. e . *Saúde, ambiente e contaminação hídrica por agrotóxicos na Terra Indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado – UFMT, 2015.

PALMA, D. C. de A. *Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT*. Dissertação de Mestrado – UFMT, 2011.

VASQUES, Chris. *Entrevista gravada*. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016.

**SESSÃO TEMÁTICA 3 – GRANDES PROJETOS E DISPUTAS  
TERRITORIAIS**

## A SILVICULTURA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE USO DA TERRA NO DISTRITO DE SANGA EM NIASSA-MOÇAMBIQUE (ÁFRICA)

Dércia Augusto Madede<sup>40</sup>

Lindon Fonseca Matias<sup>41</sup>

**Palavras chaves:** Silvicultura, Conflitos Socioambientais, Uso da terra, Moçambique.

Nos últimos anos, os países periféricos, como é o caso de Moçambique têm sido um dos destinos preferidos das multinacionais com interesses de desenvolvimento da silvicultura baseada em culturas de pinus e de eucalipto. Apesar de estas multinacionais serem de origem de países que se distinguem pelo cumprimento de políticas de sustentabilidade socioambiental, nos países de destino, tais empresas têm demonstrado uma realidade diferente no desenvolvimento das suas atividades. O presente artigo tem como objetivo analisar o decurso dos conflitos socioambientais oriundos da apropriação da terra pelas atividades silviculturais no distrito de Sanga. A metodologia empregada consistiu na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo. As conclusões indicam que a silvicultura em Sanga é marcada pelas disputas territoriais e pela promoção da degradação da qualidade de vida da população local, porém por se tratar de populações rurais e de baixa renda que dependem da terra para a sua sobrevivência, a plantação do pinus e do eucalipto gera no seio destas o medo e a insegurança por entenderem que estariam sendo comprometidos os seus meios de sobrevivência. Há que destacar também a ameaça à biodiversidade local como um fato incontestável, pois a derrubada da vegetação nativa para dar lugar ao pinus e eucalipto gera uma iminente degradação aos ecossistemas locais.

---

<sup>40</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/Brasil. E-mail: [derciamadedinha@gmail.com](mailto:derciamadedinha@gmail.com).

<sup>41</sup> Professor Doutor no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/Brasil. Email: [lindon@ige.unicamp.br](mailto:lindon@ige.unicamp.br).

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H.; (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local; In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); **Recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores Sócio-demográficos distritais- Província do Niassa**; 2007.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

\_\_\_\_\_. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. In: II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba, maio de 2004. Disponível em: <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2017.

MOREIRA, R. J. **Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 4 de julho 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004

PROJETO MEIO AMBIENTE E DEMOCRACIA. **Conflitos ambientais no Brasil: Natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: Ibase, 1997.

RUIZ, S. **Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano**; Ph.D. Thesis; Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany.2005.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, M. **O espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SHIVA, V. Recursos Naturais. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo horizonte: UFMG, 2010.

**COMPRESSÃO E APROPRIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NO  
NEOEXTRATIVISMO: UMA CRÍTICA PELA ECOLOGIA POLÍTICA E PELO  
DECRESCIMENTO**

Felipe Milanez<sup>42</sup>

**Palavras chaves:** Ecologia Política; extrativismo; violência; apropriação tempo/espaço

Este trabalho apresenta uma análise pela perspectiva da ecologia política dos efeitos da expansão do capital no sudeste do Pará, e a sua relação com a violência socioecológica, em especial o assassinato de lideranças ambientalistas. O problema desta pesquisa é como se relaciona o modelo de crescimento econômico, baseado no neoextrativismo, com a prática da política como uma anti-violência. A partir do estudo de um caso analisador-revelador no PAE Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, Pará, o assassinato de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva. A análise parte da formulação de Elmar Altvater (1989) e David Harvey (1989) sobre a característica dos efeitos da expansão do capital em compressão do tempo e do espaço, e a apropriação desse espaço e tempo pelas trocas globais desiguais (Martinez-Alier, 2013), com a apresentação de um diagnóstico da contradição do desenvolvimento regional durante o neoextrativismo. Foram levantados em campo e em dados estatísticos os principais investimentos na economia extrativista, e estabelecida uma relação com as transformações sociais decorrentes desse avanço do capital entre os anos 2004-2012 no sudeste do Pará

Esta pesquisa foi formulada como um dos eixos centrais do doutorado em sociologia/ecologia política na Universidade de Coimbra, pelo Programa Entitled de Ecologia Política. Ao aliar os paradigmas da ecologia política com o decrescimento, sustento que existe uma contradição entre o papel atribuído às instituições e o modelo de crescimento econômico colocado em prática (Mies, 2007; Federici, 2010) que conduz à associação de interesses antidemocráticos e violentos. Dessa forma, a violência contra ambientalistas populares e lideranças de movimentos sociais,

---

<sup>42</sup> Professor adjunto Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

afetados por projetos de crescimento econômicos fundados na extração e exportação de recursos naturais (extrativismo), está diretamente relacionada à apropriação do tempo e do espaço local dentro do quadro de trocas globais desiguais. Na década analisada, o avanço massivo do capital comprimiu o tempo e o espaço da região de estudo, provocando um elevado índice de desmatamento, exploração das mulheres camponesas, espoliação de povos indígenas, e, nesse mesmo sentido e diretamente relacionado ao processo desigual de trocas global, o brutal assassinato de José Cláudio e Maria do Espírito Santo, que combatiam e lutavam contra essa apropriação do tempo-espaço em uma resistência pós-extrativista ao capital.

### **Referências bibliográficas**

Altvater, Elmar (1989) "**Ecological and economic modalities of time and space**", *Capitalism Nature Socialism*, 1:3, 59-70, DOI: 10.1080/10455758909358384

Federici, Silvia (2010) **Feminism and the politics of the Commons** in *Uses of a World*, Wind, Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States ed. Hugues, Craig; Peace, Stevie e Van, Kevin. Oakland: Ak Press.

Harvey, David (1974) **Population, resources and the ideology of science**. *Economic Geography* 50(2), 256–77.

Harvey, David (1989) **The Condition of Postmodernity An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Londres: Blackwell

Martinez-Alier, Joan (2013), "**The environmentalism of the poor**". *Geoforum*, <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.04.019>

Mies, Maria (2007) **Patruarchy and accumulation on a world scale – revisited** (Keynote lecture at the Green Economics Institute, Reading, 29 October 2005)" *Int. J. Green Economics*. Vol. 1 n.s 3/4

Oliveira, Ariovaldo, U. (2009) "**MP 458 deixa clara a preferência do governo pelo agronegócio**" in (Org.). Olhares sobre o desenvolvimento territorial: As diversas verdades sobre a Amazônia. Brasília: WWF, p. 17-22

## COMUNIDADES TRADICIONAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E O AVANÇO DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO.

Josoaldo Lima Rego<sup>43</sup>

Alexandry Castelo Branco<sup>44</sup>

Rafael Barra Amador<sup>45</sup>

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais; Movimentos sociais; Produção da natureza; Grandes projetos

### Objetivos

Discutir as atuais estratégias de desenvolvimento no Maranhão e os conflitos decorrentes do acirramento de disputas territoriais, onde se posicionam comunidades tradicionais, movimentos sociais, grupos empresariais do agronegócio e agentes governamentais. Este trabalho parte da análise de duas situações que evidenciam como grandes projetos de desenvolvimento estão motivando conflitos territoriais, a saber: as estratégias empresariais e governamentais que têm estimulado a expansão da monocultura da soja e do eucalipto em áreas de cerrado, no contexto de consolidação da política territorial do governo brasileiro chamada de MATOPIBA (acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – resultado de um acordo de cooperação técnica entre INCRA e EMBRAPA); e a política de instalação do TEGRAM, um terminal de grãos que tem o objetivo de reestruturar a engenharia de escoamento da produção do agronegócio dos quatro estados que formam o MATOPIBA (tendo o Porto do Itaqui, em São Luís, como ponto central da saída da produção de grãos dessa região). Nas duas situações mencionadas, nota-se que, concomitante ao avanço de tais estratégias, diversas comunidades tradicionais vêm se posicionando a partir da necessidade de reafirmar práticas territoriais e identidades específicas ameaçadas. É o caso de movimentos sociais constituídos por quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, índios, sertanejos, pescadores e extrativistas que estão pensando o território a partir dos seus modos de vida.

---

<sup>43</sup> Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) / Doutor em Geografia Humana (USP).

<sup>44</sup> Graduando em Geografia da Universidade Federal do Maranhão, bolsista PIBIC/CNPq, membro do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO).

<sup>45</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, bolsista PIBID/CAPES, membro do Núcleo de Pesquisa em Questões Agrárias (NERA) e do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO).

Interessa, portanto, pensar as disputas territoriais envolvendo comunidades tradicionais ameaçadas pelo planejamento territorial patrocinado por grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão.

### **Metodologia**

A expansão das atividades agroindustriais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil recebe, historicamente, forte amparo de políticas governamentais que visam o incremento do desenvolvimento econômico. Por outro lado, essas mesmas ações têm proporcionado grandes transformações territoriais em regiões como a Amazônia e o Cerrado, incluindo impactos significativos nas territorialidades de diversos grupos sociais, como já apontou o trabalho de Almeida (1995). Nesse aspecto, é importante destacar que a análise de questões em torno do território e da multiplicidade de práticas sociais que sustentam o modo de vida de comunidades tradicionais (ESCOBAR, 2008) pode evidenciar certos antagonismos, em especial quando pensados em comparação com o planejamento territorial “tocado” por grupos empresarias, numa distinção de processos de produção da natureza. Pensar categorias como “território” e “produção da natureza”, a partir de distintas visões relacionadas ao modo de vida de povos tradicionais, é central em contextos de disputas territoriais. Este trabalho foi construído a partir da experiência de pesquisa em dois projetos, “Mapeamento e georeferenciamento dos territórios em conflitos agrários no maranhão” e “Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim”, nos quais atuamos como pesquisadores.

### **Principais resultados**

O projeto de desenvolvimento territorial chamado de MATOPIBA tem concentrado os interesses de investimentos (governamentais) e transformado significativamente os territórios inseridos nas ações estratégicas de implementação do projeto, ao passo que também tem chamado atenção de movimentos sociais que denunciam os instrumentos de destituição dos territórios ocupados tradicionalmente por grupos

camponeses (em muitos casos, expulsos das comunidades para viabilizar o avanço do agronegócio ou de projetos de infraestrutura). O MATOPIBA é emblemático porque vários movimentos têm se aglutinado numa rede de ação coletiva, na tentativa de fazer frente às políticas territoriais oficiais. O avanço do agronegócio (patrocinado pelo planejamento territorial oficial) impõe outro modo de produção da natureza. Se noutro momento os grupos étnicos (quebradeiras de coco babaçu, pescadores, quilombolas, índios, sertanejos, extrativistas, entre outros) reivindicavam pautas mais específicas, agora é possível notar o fortalecimento de um movimento social que pretende ampliar a reivindicação para questões como o “território livre” e o “bem viver”, como é o caso da rede TEIA (um encontro de movimentos sociais que aglutina vários grupos étnicos e direciona o discurso para o da autonomia territorial, fortemente inspirado pela experiência de retomada de território dos índios Gamelas, em Viana, no Maranhão). Nesse aspecto, diversas comunidades tradicionais em situações de conflito, de disputas territoriais no Maranhão, pautam as questões políticas a partir da necessidade de manutenção da autonomia territorial, ameaçada pela expansão do agronegócio. São as situações de comunidades extrativistas do cerrado, do Sul do Maranhão até o Baixo Parnaíba, e de comunidades (pescadores) na zona rural de São Luís, sob ameaça de deslocamentos compulsórios para a instalação do TEGRAM e da ampliação da capacidade portuária do Porto do Itaqui.

### **Referências Bibliográficas**

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás – a guerra dos mapas**. Belém, 1995

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. **Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.** São Luís: NEGO – Núcleo de Estudos Geográficos / GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente / NERA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias / NUPEDD – Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade. São Luís, 2016.

## DESENVOLVIMENTO E MONONATUREZA: O CASO DO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Ângela Camana<sup>46</sup>

Jalcione Almeida<sup>47</sup>

**Palavras-chave:** ProSavana. Desenvolvimento. Relação Sociedade-Natureza. Cosmopolíticas.

Em setembro de 2009, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), reunidos em Maputo (Moçambique), firmaram um grande acordo de “cooperação para o desenvolvimento”, com previsão de implementação ao longo de 20 anos. Desta reunião surgiu o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana), que parte do “conhecimento acumulado” da parceria entre Brasil e Japão na experiência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer), cujas ações iniciaram na década de 1970 no centro-oeste brasileiro. Misturando capital público e privado, o Prodecer visava ao “desenvolvimento” por intermédio da “modernização” rápida da agricultura no cerrado brasileiro, com a transformação das bases tecnológicas até então utilizadas (a partir da adoção de maquinário, fertilizantes, sementes melhoradas, uso da biotecnologia, etc.).

De forma geral, o “sucesso” deste projeto se confirma pela emergência dos latifúndios monocultores, com produção voltada para a exportação – hoje um modelo de agricultura já consolidado no Brasil. No ProSavana, os projetos, que são financiados pelo Japão e conduzidos pela transferência de tecnologia brasileira, pretendem abranger o chamado Corredor Logístico de Nacala, abarcando uma área

---

<sup>46</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Bolsista CAPES. Membro dos grupos de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS – [www.ufrgs.br/temas](http://www.ufrgs.br/temas)) e Jornalismo Ambiental (<https://jornalismoemeioambiente.com>).

<sup>47</sup> Professor e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e de Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq. Coordenador do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS - [www.ufrgs.br/temas](http://www.ufrgs.br/temas)).

ao norte de Moçambique que integra três províncias (Niassa, Nampula e Zambézia), compreendendo cerca de 14 milhões de hectares. Estima-se que este território hoje é ocupado por quatro milhões de pessoas, em sua maioria camponeses, cuja forma de cultivo é caracterizada pelo pousio, num país onde a terra é propriedade do Estado. Diante desta situação, organizações da sociedade civil moçambicana, brasileira e japonesa lançaram a campanha “NÃO ao ProSavana”, por meio da qual denunciam a usurpação de terras (*landgrab*) por interesses internacionais. Desde esses acontecimentos, ainda que o programa tenha editado seu plano diretor de forma a incluir pequenos agricultores, a disputa engendrada pelo ProSavana não arrefeceu.

Dentre as justificativas para esta parceria tripartite, além da experiência de “sucesso” do Prodecer, está a semelhança entre os territórios compreendidos por estes grandes projetos: as áreas abarcadas se situam em posição análoga no globo terrestre, entre os paralelos 13°S e 17°S, o que contribui para a semelhança entre biomas, regime de chuvas e índices de produtividade (SANTARELLI, 2016). *Cerrado e savana compartilhariam, portanto, uma mesma “natureza”*.

O objetivo da reflexão aqui proposta, é, no contexto do ProSavana, explorar a maneira como uma suposta “natureza compartilhada”, que se justifica (e se produz) por meio de dados e artefatos, é acionada para a promoção deste grande projeto.

Assim, tomando-se como plano de fundo a perspectiva epistemológica da “virada ontológica” nas Ciências Sociais (LATOURETTE, 2007; 2013; entre outros), a presente problematização é parte de um trabalho de pesquisa mais amplo, em andamento, o qual apresenta-se, metodologicamente, como uma “etnografia de projeto”. Tendo isso em vista, as reflexões apresentadas são fruto de entrevistas, observação participante e consultas a acervos jornalísticos e documentos oficiais.

Parte-se da hipótese de que o desenvolvimento, para garantir seu “sucesso”, opera solapando todas as diferenças (sejam elas sociais e/ou naturais). Assume-se a perspectiva de Porto-Gonçalves (2012, p. 81): “[...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território (...)”. Mais do que isso, defende-se que os grandes projetos de desenvolvimento, em sua tentativa de apagar a diferença, teriam a potência

justamente de fazer emergir distintas cosmovisões às quais subjazem diferentes compreensões acerca da relação entre sociedade(s) e natureza(s). Neste sentido permite-se questionar se o que está em disputa é, de fato, um mesmo território, já que se pode assumir a existência de um “pluriverso” (LATOURET, 2007), cosmopolítico (STENGERS, 2007), isto é, que implica formas outras de se construir o “real” envolvendo múltiplos agentes sociais, de natureza e artefatos.

Análises preliminares permitem tensionar a ideia de que haveria uma “mononatureza” compartilhada entre savana e cerrado, considerando que a própria ideia de natureza não é única, nem “natural”: ao contrário, sem negar uma existência “real”/material, trata-se de uma construção estabilizada de diversas maneiras. Tal produção de uma natureza homogênea ampara-se em artefatos: é o caso de mapas, nos quais os paralelos compartilhados justificam a semelhança – como se a existência de paralelos não fosse também, ela, uma produção.

Os resultados apresentados sugerem que, para além de disputa territorial, incorporem-se na discussão sobre grandes projetos de desenvolvimento categorias que permitam problematizar as múltiplas relações entre sociedade(s) e natureza(s), como “ambiente” e, mais especificamente, “conflito ambiental” (FLEURY, 2013), visto que empreendimentos como o ProSavana mobilizam diferentes mundos.

No caso do ProSavana, há uma patente controvérsia, nos termos da Teoria Ator-Rede (LATOURET, 2013), em relação ao “desenvolvimento rural” que se deseja, como bem mapeou Santarelli (2016): não se problematiza, entretanto, que a própria ideia de natureza não é um consenso entre os múltiplos atores que compõem a rede. Assim, sugere-se a existência e a tensão entre cosmovisões incomensuráveis: mais que uma disputa pontual por território ou sua representação, defende-se tratar de um conflito ambiental.

## **Referências**

FLEURY, Lorena Cândido. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina hidrelétrica Belo Monte em perspectiva*. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS, 2013.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. Quel cosmos? Quelles cosmopolitiques? Commentaire sur les conditions de la Paix selon Ulrich Beck. In: LOLIVE, Jacques; SOUBEYRAN, Olivier. *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris: La Découverte, 2007. p. 69-84.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTARELLI, Mariana. *Do cerrado brasileiro à savana moçambicana: controvérsias da cooperação brasileira na promoção de uma nova Revolução Verde na África*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFRRJ, 2016.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, Jacques e SOUBEYRAN, Olivier. *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris: Éditions La Découverte, 2007. p. 45-68.

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E AS REPERCUSSÕES DOS  
MEGAPROJETOS NO BRASIL E NA BOLÍVIA.**

Suzana Cristina Lourenço<sup>48</sup>

**Palavras-chave:** IIRSA, Brasil, Bolívia, movimentos socioambientalistas, áreas protegidas.

O presente trabalho visa avaliar o processo de pressão sobre o entorno de áreas de preservação, notadamente as áreas reclamadas como território de povos originários. Para tanto, tomamos como referência as obras infraestruturais da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), referentes ao Eixo Peru, Brasil e Bolívia. Neste caso de escopo internacional, especificamente mapeamos a realidade encontrada na estrada entre as cidades gêmeas Guajará-Mirim (Porto Velho, Brasil), Guayaramirin (Bolívia) e Riberalta e o trecho entre Yucumo e La Paz. A metodologia aplicada se reconhece no materialismo histórico, na medida em que enxerga o objeto analisado como resultado de uma estrutura herdada de relações entre as instituições, a consciência coletiva das relações econômicas, políticas e ambientais, as condições materiais e a ideologia dominante (Magalhães 2001, p. 75). A argumentação aqui desenvolvida se divide em duas partes. Na primeira, tratamos de como o fenômeno de expansão agrícola que se inicia no Brasil se internacionaliza a países sobre os quais este país exerce hegemonia. Assim, nesta esfera também se intensificam os conflitos entre atores sociais, políticos e econômicos. Na segunda parte do texto discutimos os termos nos quais se dá o embate entre a agenda governamental e as redes ambientalistas que se conformam nas extensões onde podem ser sentidos os efeitos socioambientais.

Conclusivamente, refletimos sobre a pressão que a expansão das fronteiras agrícolas e as grandes obras exercem sobre a sociodiversidade. Muitos dos conflitos e os impactos socioambientais são ignorados pelos governos de ambos países e amenizados pela facilitação de empréstimos através das empresas estatais, acalmando os ânimos (VERDUM, 2007). O crescimento de 5% ao ano da economia

---

<sup>48</sup>Doutoranda pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: suzana.c.lourenco@gmail.com

boliviana, baseada na extração dos recursos naturais, entretanto, não resolvem os deslocamentos populacionais.

A proposta de geração de empregos na região não é acompanhada de propostas econômicas às localidades, restringindo as possibilidades de emprego aos canteiros de obras. Realidade que tem um período de duração definido. Os processos migratórios resultam, posteriormente, em alto índice de desemprego nas cidades polo dos grandes projetos infraestruturais. Na maioria das vezes, a reinserção destes grupos não é mediada nem pelos governos, nem pelas empresas que impulsionaram as obras. O resultado é, frequentemente, a favelização em zonas urbanas e o aumento da violência.

**Referências:**

LOURENÇO, S.C.; BORGES, L. R. M. “Discurso e Políticas Ambientais Brasileiras e Bolivianas Aplicadas a Grandes Obras Infraestruturais”. Cadernos PROLAM/USP. , v.2, p.61,2012.

LOURENÇO, S.C. “Iniciativa de Integração Regional Sul Americana: Análise das Políticas Públicas e seus Impactos Socio-Ambientais na Estrada entre La Paz e Trinidad”. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, J.A.F. **Ciência Política**. Brasília: Editora Vestcon, 2001.

VERDUM, R. **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007.

## O CASO DA FAZENDA SARACURA: CONFLITO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Maria Luíza Camargo<sup>49</sup>

**Palavras-chave:** Amazônia; propriedade da terra; latifúndio; grilagem; resistência camponesa.

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos olhos se voltaram para o vale do Rio Jari, um afluente da margem esquerda do Baixo Amazonas, marco natural da divisa dos Estados brasileiros do Pará e Amapá. A atenção recebida tanto da academia como da imprensa foi motivada pelo empreendimento que ficou conhecido como Projeto Jari, idealizado pelo bilionário norte-americano Daniel K. Ludwig. Após receber centenas de milhões em incentivos na onda dos grandes projetos planejados pelo governo brasileiro para a Amazônia nas décadas de 1960 e 1970, e acumular escândalos e prejuízos, em 1982 o Projeto é assumido por um grupo de empresas nacionais e, em 2000, passa para o comando do Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose. O Grupo Orsa é conhecido como exemplo pioneiro de “empresa verde” e são muitos os prêmios recebidos como reconhecimento de sua responsabilidade social e ambiental. No vale do Jari, ele também opera um plano de manejo florestal tido como a maior área particular destinada à exploração de madeira nativa do mundo.

Porém, apesar dos projetos econômicos ali desenvolvidos e que vão se sucedendo, se somando e/ou se atualizando, ainda não está esclarecido se a empresa ali instalada é realmente proprietária da área da qual se diz dona. Trata-se de um imenso latifúndio, com cerca de 1,5 milhões de hectares, onde também vivem milhares de famílias de posseiros. A documentação fundiária desse latifúndio é marcada por questionamentos desde sua formação, ainda no século XIX, e processos judiciais em andamento comprovam grilagem de terras e irregularidades do plano de manejo florestal.

---

<sup>49</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo; pesquisa realizada com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O debate aqui proposto aborda tal situação a partir do caso de um dos imóveis que compõe esse latifúndio: a Fazenda Saracura. Apenas essa fazenda é responsável por aproximadamente 90% da área que a empresa se diz dona. Analisamos seus documentos fundiários principalmente com base nos laudos elaborados entre 1977 e 2013 pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa), o órgão governamental responsável por aquelas terras, e pela Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE), incluindo a documentação apresentada pela empresa a respeito da propriedade da área e os processos judiciais em andamento.

Constatamos que a Fazenda Saracura é o imóvel que permite uma continuidade entre as diferentes glebas que compõe o latifúndio. Sua extensão – descrita em 1894 com “quatro léguas de frente e um milhão de metros de fundos, mais ou menos”, ou 2.640.000 ha, medidas que se repetem em todos os documentos posteriores – constitui um erro evidente, pois simplesmente não cabe entre os limites naturais descritos. Numa tentativa de colocar tal extensão no mapa, ela avançaria, a partir da margem esquerda do rio Amazonas, pelo mar do Caribe, atravessando o Suriname. De todo modo, o poder público tem permitido que a situação formal do imóvel siga indefinida, o que serve, na argumentação da empresa, para que os limites da Fazenda Saracura se moldem plasticamente preenchendo toda a área pretendida para a qual não haja qualquer outro documento e seja, portanto, terra pública.

Por outro lado, acordos assinados entre a empresa e órgãos do governo estadual têm garantido, ao menos na última década, a continuidade das atividades econômicas e a permanência da empresa na área. Tais acordos garantiriam a continuidade do plano de manejo madeireiro em troca da colaboração da empresa na regularização das comunidades que vivem no interior do imóvel. Contudo, a exploração de madeira continuou sem que avançasse a regularização das áreas das comunidades, algumas delas centenárias e que resistem à atuação, muitas vezes espoliadora e predatória, da empresa. Além disso, se os termos desses acordos fossem postos em prática, dariam às comunidades a menor porção de terra possível à qual têm direito, deixando todo o excedente para a empresa, ainda que ela não comprove seu domínio.

Sendo assim, conclui-se que: 1) o estado do Pará não cumpre a lei quando essa vem em detrimento do latifúndio, uma vez que se omite da retomada das terras públicas detidas pela empresa e, ainda, abona e licencia a detenção; e 2) o estado do Pará não cumpre a lei quando essa vem em benefício de camponeses, uma vez que lhes permite uma situação bastante precária e suscetível à ingerência da empresa.

### **Referências bibliográficas:**

HOLSTON, James. “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 21, fev. 1993. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_21/rbcs21\\_07.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MARTINS, José S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1995.

PINTO, Lúcio F. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

SAUTCHUK, J.; CARVALHO, H.M.; GUSMÃO, S.B. **Projeto Jari: a invasão americana**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

TORRES, Maurício. **Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH-USP.

**SESSÃO TEMÁTICA 4 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E NEGÓCIOS AMBIENTAIS**

## A NATUREZA “PROTEGIDA” COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: O CASO DO SUL CHILENO

Luis Fernando de Matheus e Silva<sup>50</sup>

**Palavras-chave:** neoliberalismo; acumulação por espoliação; ambientalismo; mercantilização da natureza e da paisagem.

O objetivo do presente trabalho é o de apresentar e debater a transformação da natureza “protegida” em uma nova estratégia de acumulação capitalista na zona andino-lacustre da Região de Los Ríos, no sul do Chile. Como referencia empírica, usamos a reserva biológica privada Huilo Huilo, localizada em Neltume, comuna de Panguipulli. Vinculada ao grupo empresarial Themcorp, Huilo Huilo começou a ser conformada em meados dos anos 1990, e hoje é considerada uma das mais importantes e conhecidas reservas de proteção ambiental do sul chileno, com cerca de 100 mil hectáreas. Dado seu tamanho e importância, a reserva tem ajudado a reconfigurar a geografia da zona andino-lacustre da Região de Los Ríos, que desde o final do século XIX e até muito pouco tempo atrás estava integrada ao espaço econômico nacional por meio da exploração madeireira, mas que agora, em um contexto de crise urbana, se vê convertida também em uma nova fronteira de expansão para a produção capitalista do espaço baseada numa ideologia da natureza “prístina”. Como consequência, novos conflitos e contradições vêm sendo experimentados, com destaque para a apropriação privada da natureza e dos recursos naturais, a re-concentração fundiária e a especulação imobiliária. Para fundamentar nossas discussões, usamos como principal referencia teórica o “materialismo histórico geográfico” preconizado por David Harvey e alguns de seus interlocutores, particularmente Neil Smith e Cindy Katz, assim como outros estudiosos ligados à tradição do pensamento crítico. Paralelamente, nos valem também daqueles autores que, desde diferentes perspectivas, vêm buscando compreender as enormes transformações socioespaciais experimentadas no sul do Chile nos últimos 40 anos. Trata-se, em verdade, da sistematização de alguns dos

---

<sup>50</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH USP). Pos-doutorando do Núcleo de Ciências Sociais da Universidad de La Frontera (UFRO – Chile), com bolsa do Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT – CONICYT), projeto nº 3170103.

primeiros avances realizados em nossa investigação de pós-doutorado intitulada “*El negocio de lo prístino: Las consecuencias socioespaciales de la comodificación de la naturaleza y del paisaje en la zona lacustre-andina de Los Ríos*”. A partir deste trabalho, pretendemos aportar à construção de um conhecimento crítico e renovado sobre as novas estratégias capitalistas de uso e de apropriação da terra e da natureza operadas em lugares muito específicos da América Latina, como a Patagônia chilena, e discutir as contradições e os conflitos associadas a este processo.

### **Bibliografia**

ALFARO MONSALVE, K. Acumulación por desposesión en Chile: el caso del Complejo Forestal y Maderero Panguipulli en sur de Chile (1973-1990). In: *Revista Historia* 396. nº 02 pp.229-255, 2016.

BLANCO WELLS, G. La reinención de la Patagonia: Gente, mitos, mercancías y la continua apropiación del territorio. En: Ellison, N.; Martínez Mauri, M. (org.).

CATALÁN, R; WILKEN, P.; KANDZIOR, A.; TECKLIN, D.; BURSCHEL, H.(org.). *Bosques y comunidades del sur de Chile*. Santiago de Chile: Editora universitaria, 2005.

DE MATHEUS E SILVA, L.F. Desposeer para acumular: reflexiones sobre las contradicciones del proceso de modernización neoliberal de la agricultura chilena. In: *Revista Mundo Agrario*. vol. 17, nº 34, 2016.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1994.

GÁRATE CHATEAU, M. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago de Chile: Ediciones Alberto Hurtado, 2012.

HARVEY, D. *Espacios del capital*. Madrid: Akal, 2009.

HARVEY, D. 2004. *El nuevo imperialismo* Madrid: Akal, 2004.

HARVEY, D. 1990. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. D.F. Mexico: FCE.

MARX, K. 2013. *O Capital* – livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, R.J.. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 04, pp. 89-111, 1995.

NUÑÉZ, A.; ALISTE, E.; BELLO, A. Patagonia-Aysén en la construcción del imaginario geográfico de la nación. In: *Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, nº 76, año 35, pp. 165-188, 2014.

NUÑÉZ, A.; ALISTE, E.; BELLO, A. El discurso del desarrollo en la Patagonia-Aysén: la conservación y la protección de la naturaleza como dispositivos de una renovada colonización. Chile, siglos XX-XXI. In: *Anais do XIII Coloquio Internacional de geocritica*, 2014a.

PORTO GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIVERA, C.; VALLEJOS-ROMERO, A. La privatización de la conservación en Chile: repensando la gobernanza ambiental. In: *Revista Bosque*, nº. 36, pp. 15-25, 2015.

SEPÚLVEDA, C. ¿Cuánto hemos avanzado en conservación privada de la biodiversidad?: el aporte de las Áreas Protegidas Privadas en perspectiva. En: *Revista Ambiente y Desarrollo*, v. 20, pp.75-79, 2004.

SEPÚLVEDA, C. Las motivaciones detrás de la filantropía ambiental. En: *Revista Ambiente y Desarrollo*, v. 17, pp. 86-99, 2001.

SMITH, N. *Uneven Development*. London/New York: Verso, 2010

**A PROFECIA SOCIOTÉCNICA: AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E  
MONITORAMENTO DE DESASTRES NO CONTEXTO MUNICIPAL BRASILEIRO.**

Marize Schons<sup>51</sup>

**Palavras-chave:** desastres, prevenção, mudanças climáticas, incertezas, tecnologia.

A “mudança global” e a ideia de uma natureza em constante transformação (FLEURY, ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014) têm justificado a intervenção do poder público e o estabelecimento de hierarquias, prioridades e compromissos políticos baseados em uma ação orientada pelo caráter de urgência pública, emergência e calamidade. Por outro lado, a tecnologia transformou aquilo que costumava ser exercício hipotético da razão especulativa em esboços para projetos executáveis; e a investigação do possível mensurado tornou-se uma forma de acesso a uma nova verdade (JONAS, 2006).

Instituições para produção de dados ambientais correspondendo um regime global de informação sobre os desastres – como, por exemplo, o sistema S2iD do Ministério da Integração, o banco de dados International Disaster Database, e instituições de monitoramento como o Centro Nacional de Monitoramento e Alarme de Desastres Naturais – são medidas para lidar com a complexidade e abrangência do controle do tempo e do espaço (MERRY, 2011); ampliando a responsabilidade do Estado para ações de monitoramento, planejamento e, principalmente, prevenção de eventos extremos.

Nos anos de 2011 e 2012, um grande fluxo de investimento foi proporcionado pelo Governo Federal a fim de promover a criação de um sistema de dados sobre desastres no Brasil. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída por meio da edição da Lei nº 12.608/2012, garantiu a responsabilidade da União para capacitar as instituições competentes dispostas a monitorar processos geofísicos e

---

<sup>51</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

seus fatores condicionantes e, principalmente, agir de maneira preventiva para promover a segurança e bem-estar dos cidadãos.

Entretanto, os resultados da pesquisa realizada no âmbito do projeto interdisciplinar *CiAdapta – Cidades, Vulnerabilidade e Mudanças Climáticas: uma abordagem integrada e interdisciplinar para análise de ações e de capacidade adaptativa* que teve início em 2015 – apontam que essas políticas continuam encontrando dificuldades para se estabelecerem de maneira permanente, demonstrando uma inegável distinção entre o que a legislação pretende e o que acontece nos contextos locais dos municípios vulneráveis.

A pesquisa baseou-se em métodos qualitativos, que incluem revisão da literatura científica, pesquisa documental e entrevistas com gestores públicos, buscando entender como algumas capitais do Brasil (São Paulo, Manaus, Natal, Vitória, Curitiba e Porto Alegre.) estão se mobilizando para se adaptar aos riscos e ameaças das mudanças climáticas na esfera local. Dessa forma, a apresentação pretende demonstrar dados sobre quais os obstáculos para a institucionalização das políticas preventivas quanto aos desastres nos municípios brasileiros, assim como iniciar a reflexão sobre os limites das políticas públicas de prevenção baseadas na produção de conhecimento sobre as incertezas.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologia*. Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr. 2014, p. 14-33.

JONAS, HANS. O principio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Contraponto: RJ, 2006

MERRY, Sally E. “Measuring the World: indicators, human rights and global governance. In: *Current Anthropology*. Vol. 52 (3), abril de 2011.

## DOS CRÉDITOS DE CARBONO AOS PLANOS URBANÍSTICOS DE PERUS: A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E O URBANISMO SUSTENTÁVEL

Miguel Marques Crochik

**Palavras-chave:** remoções urbanas; planejamento urbano sustentável; gentrificação; financeirização da atmosfera.

O presente artigo<sup>52</sup> intenta demonstrar como o processo de financeirização da natureza se desdobrou na elaboração de planos urbanos “sustentáveis”. Analisa-se a região do distrito de Perus, no noroeste do município de São Paulo. Esse bairro foi, entre 2007 e 2012, destino de milhões de reais investidos pela Prefeitura para financiar uma série de projetos urbanísticos “sustentáveis”, através do dinheiro obtido pela venda de créditos de carbono no mercado internacional. Ressalta-se que esses créditos – oriundos do Aterro Sanitário Bandeirante (localizado em Perus) – foram obtidos por meio da produção de energia elétrica que tem como combustível a queima do gás metano contido no solo da área. Ou seja, trata-se de um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que permite à Prefeitura negociar de créditos de carbono no mercado internacional. Analisa-se três projetos urbanísticos em Perus, financiados pelos créditos da Prefeitura: Plano de Bairro de Perus; “reurbanização” da Favela Bamburral; Parque Linear do Ribeirão Perus. Busca-se demonstrar como esses projetos são consequências – na textura espacial urbana – da financeirização da natureza. Se pretende também analisar a ascendência do discurso da “sustentabilidade” no planejamento urbano e suas consequências para a população afetada.

A pesquisa analisa os documentos oficiais da Prefeitura, tais como, o Plano de Bairro de Perus; as atas do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo; o projeto do Parque Linear do Ribeirão Perus; o projeto de “reurbanização” da Favela Bamburral. A revisão bibliográfica se baseia em referências que dizem respeito ao processo de

---

<sup>52</sup> Este artigo é parte da pesquisa de mestrado em curso no programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, orientado pela Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani. A pesquisa conta com bolsa do CNPq e tem como título provisório de “Decomposição do lixo e do discurso ambiental: estudo sobre o planejamento urbano sustentável no bairro de Perus”.

financeirização da natureza; à ideia de desenvolvimento sustentável; à concepção de *cidade como negócio* e; à crítica a tecnocracia enquanto produtora de um discurso que legitima a violência do processo econômico. Além disso, entrevistas qualitativas, com habitantes de Perus, foram realizadas a fim de compreender como as mudanças “sustentáveis” no bairro interferem no cotidiano dos atingidos.

A raridade dos elementos da natureza revelou-se como uma oportunidade de surgimento de novos negócios: transformou uma externalidade negativa – o aterro sanitário – em fonte de ativos financeiros. A iniciativa inédita da Prefeitura de reverter o dinheiro dos créditos em projetos urbanísticos “sustentáveis” foi apresentada como algo que poderia sanar uma série de problemas existentes no bairro periférico de Perus. Contudo, analisando com cautela os documentos oficiais e algumas entrevistas, nota-se que um dos objetivos contidos nas entrelinhas desses projetos “sustentáveis” é a remoção das moradias que ocupam os fundos de vales, sem oferecer, como contrapartida, uma solução habitacional viável para removidos. Como um exemplo, a “reurbanização” da Favela Bamburral – iniciada em 2007 – previa a criação de um pequeno parque linear e removeu 294 famílias que, até hoje, ainda não receberam uma solução habitacional definitiva. Nota-se nesses projetos urbanísticos uma concepção excludente do que é o espaço urbano, que se impõe, sob “roupagem sustentável”. É marcante que as famílias que ocupam áreas de fundo de vale, normalmente, pertencem às frações sociais de menor poder aquisitivo. Fato que nos leva à hipótese de que diversos projetos urbanísticos “sustentáveis” tem um marcante cunho *gentrificador*, ao propor uma espécie de higienismo social. Além disso, o próprio caráter “sustentável” desses projetos deve ser criticado, pois as categorias ambientais levadas em consideração para sua elaboração atendem a um caráter contemplativo da “natureza”, contribuindo muito para o “embelezamento” da cidade e pouco para uma efetiva recuperação ambiental.

#### **Referências bibliográficas:**

CONSELHO DO FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE. *Ata da 32ª reunião ordinária*, out/2008. Disponível em:

<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/ata\\_32\\_ro\\_confema\\_1340208170.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/ata_32_ro_confema_1340208170.pdf) > Acesso em 09 abr. 2014.

CORNETTA, A. *A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

DAMIANI, A.L. *Espaço e Geografia: Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia; - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo*. Tese de livre docência, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Parque Linear Ribeirão Perus*. 2012.

\_\_\_\_\_. *Complexo Bamburral - Relatório Analítico da Situação Cadastral*. 2011.

SALGADO E.C.O.; SALGADO F.G.A.; POLICE NETO, J. *Plano de bairro no limite do seu bairro uma experiência sem limites*. 1ª ed. Cia. dos Livros, São Paulo, 2011.

SEABRA, O.C.L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. IN: *Revista Geografares*. Vitória: v.1, nº , p.73-79, 2000.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS: NOVAS ABORDAGENS PARA NOVOS PROBLEMAS

Lívia Preti Boechat<sup>53</sup>

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas; Ciência Normal; Interdisciplinaridade; Ciência Pós-Normal.

Devido à relação de exploração predatória que a sociedade, principalmente a ocidental, assumiu perante a natureza em prol do avanço científico, tecnológico e da produção industrial, voltados para atender a demanda crescente de uma sociedade de consumo exacerbada, atingiu-se um nível de interferência antropogênica no ambiente nunca antes imaginado, causando mudanças ambientais extremamente relevantes e, em alguns casos, já irreversíveis. Tais mudanças - como o desaparecimento de terras alagadas; a diminuição notável da produção primária da pesca; as mudanças no uso da água; as mudanças no uso do solo; e a perda da biodiversidade, entre tantas outras possíveis de serem citadas (Moran, 2011) - são geradoras de uma ampla gama de riscos que acabam por reverberar nas esferas econômica, política e social, pois tudo se encontra intrinsecamente interligado, tanto no que concerne às suas causas como suas consequências, passando a pertencer ao domínio dos “sistemas complexos”.

Sistemas complexos são descritos como aqueles que se formam na interface entre diversas dimensões de uma mesma realidade, como os meios biológicos, geográficos, físicos, da produção tecnológica, da economia e da sociedade. De acordo com Garcia (1994, apud PORTO, p.09) “[...] se caracterizam pela confluência de múltiplos processos, cujas inter-relações constituem a estrutura de um sistema que funciona como uma totalidade” e, por isso, devem ser analisados de forma integrada.

Nesse cenário, um dos maiores expoentes dos novos problemas ambientais pertencentes à esfera dos sistemas complexos consiste na questão das mudanças climáticas de causas antropogênicas. Considerando o aumento constatado de 0.85°C na média global de temperatura até o ano de 2014 (IPCC, 2014), já pode ser

---

<sup>53</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP). Agência de fomento: CAPES.

observado um declínio na saúde de diversas sociedades, aumentando a incidência de eventos climáticos extremos e de pessoas mortas e feridas em desastres de origem climática (RICHARDSON et.al, 2009). Diante desse panorama, ressalta-se, portanto, o aumento da incidência de ondas de calor, de secas, de tempestades e inundações, e o derretimento de glaciares e geleiras, como as da Groelândia e Antártida (STEFFEN et.al., 2015). Além disso, acrescidos aos anteriores, o desencadeamento de epidemias e o aumento do nível do mar são outros fatores que fazem da mudança do clima uma preocupação global de caráter emergencial.

Ao contrário dos muitos desafios que existem e persistem como ameaça ao desenvolvimento humano de forma geral, as mudanças climáticas antropogênicas representam, assim como outros problemas ambientais contemporâneos, uma situação inteiramente nova, nunca vivida por nenhum estágio civilizatório de que se tenha notícia. Por conseguinte, ela é permeada por uma ampla gama de incertezas, o que dificulta o seu entendimento e a instituição de tratamentos a ela adequados. Assim sendo, a ciência dita “normal”, compartimentada, reducionista e superespecializada nos recortes epistemológicos de suas disciplinas, habituada a lidar com os problemas perseguindo expectativas de regularidade, simplicidade e certeza, tanto no ambiente quanto nas dinâmicas humanas, já não se mostra capaz de compreender e administrar a questão de maneira satisfatória, pois os valores em disputa são ignorados e a essência dos problemas não é analisada (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1993, 2003).

As mudanças do clima, caracterizadas como pertencentes à esfera dos sistemas complexos, clamam, portanto, pela adoção de um novo tipo de ciência, que seja mais aberta, inclusiva e esteja apta a abordar todos os ângulos de um problema de causas difusas e consequências generalizadas na busca por uma solução viável.

## **Objetivos**

Discutir a ineficiência da ciência normal perante os problemas ambientais contemporâneos, dando ênfase à questão das mudanças climáticas, no intento de compreender minimamente as questões que orbitam em torno do nascimento da abordagem interdisciplinar e da ciência pós-normal como respostas à necessidade

de uma nova ciência na busca por respostas eficazes para as mudanças ambientais globais.

### **Metodologia**

O desenvolvimento do trabalho possuiu como referência a investigação sobre os principais problemas ambientais contemporâneos e a ineficiência da ciência normal em abordá-los. A ênfase foi direcionada à discussão acerca das causas, consequências e possíveis formas de atenuação das mudanças climáticas e como a ciência pós-normal e interdisciplinar demonstram ser alternativas mais adequadas à abordagem da questão, sendo utilizados, para tanto, fontes secundárias, como artigos, capítulos de livro e relatórios de instituições internacionais.

### **Principais Resultados**

Na medida em que se percebe que os problemas ambientais atingiram um novo nível, adquirindo maior dimensão e passando a pertencer à esfera de problemas dos sistemas complexos, também se nota a crescente obsolescência da ciência que foi responsável por criá-los. Embora a interdisciplinaridade e a ciência pós-normal, focadas no entrelaçamento de saberes, se mostrem mais adequadas à explicação e resolução dos problemas ambientais contemporâneos, ainda há muitos obstáculos a serem superados. O grande número deles, entretanto, não pode servir como justificativa para não se fazer avançar as pesquisas e experimentações nessas vias alternativas. Como o preconceito e a relutância em se abrir para novas perspectivas permeiam os altos escalões da política, e a academia, de forma geral, o que se precisa é instilar na nova geração o desejo de não se ater às velhas barreiras do modo tradicional de se fazer ciência.

### Referências Bibliográficas

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Science for the Post Normal Age. **Futures**, p. 739-755, 1993.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Post-Normal Science. **International Society for Ecological Economics**. London, p. 01-10, 2003.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report – Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Genebra: IPCC, 2014.

MORAN, E. F. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2011.

PORTO, M. F. S. Interdisciplinaridade e Ciência Pós-Normal Frente à Questão Ambiental. **Centro de estudos da saúde do trabalhador e da ecologia humana**. p. 2-17.

RICHARDSON, K et al. **Synthesis Report – Climate Change: global risks, challenges and decisions**. Copenhagen, 2009.

STEFFEN, Will, et al. Planetary Boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, p.737-746, feb. 2015.

**O DISCURSO DA ESCASSEZ E A CRISE HÍDRICA NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE SÃO PAULO (2013-15)**

Fabiano José Lopes Alves<sup>54</sup>

**Palavras chave:** discurso da escassez; saneamento; Estado; privatização.

Esse trabalho procura analisar o discurso da escassez que ganhou força a partir do período de estiagem nos anos de 2013-15 e da conseqüente redução do abastecimento de água para a região metropolitana de São Paulo (RMSP). Ainda que esse discurso não fosse novo, historicamente alimentado por outras estiagens e pela magnitude da empreitada em fornecer água para uma metrópole de quase 20 milhões de habitantes, é durante a referida estiagem (chamada de crise hídrica) que ele é fortalecido e incorporado por diferentes segmentos da sociedade.

Mais do que a preocupação com a falta de água para abastecimento urbano, o discurso da escassez tem forte relação com a solução dada por engenheiros, técnicos e planejadores para a redução dos reservatórios de água: ampliação dos sistemas técnicos, importação de água de longínquas bacias, privatização do serviço em busca de eficiência e aumento de tarifas. Por um lado, esse discurso vem dar argumento a forças políticas e econômicas para efetivar a saída do Estado, aumento da cobrança pelo serviço de fornecimento de água e implantação de grandes obras. Por outro lado, esse discurso ofusca os problemas socioambientais da não coleta e não tratamento do esgoto, problemas esses relacionados a áreas de grande exclusão social e econômica na RMSP.

O discurso da escassez de água será analisado aqui a partir dos arcabouços teóricos da produção do espaço e produção da natureza presentes nos trabalhos de SMITH (1988), HARVEY (1982), e SWINGEDOUW (2001). A proposta é mostrar que o saneamento para uma grande metrópole é um processo de produção socioambiental que une de uma forma indissociável natureza e sociedade. A visão presente no discurso da escassez salienta que a falta de água é um problema

---

<sup>54</sup> Aluno do mestrado em Geografia Humana do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP)

natural, de falta de chuvas, algo externo à sociedade urbana aglomerada na metrópole paulista. E que, frente a esse quadro de escassez “natural”, decisões dos atores políticos e econômicos vão de encontro à privatização do serviço seguida da incorporação da lógica de mercado no fornecimento de água e na prestação do serviço de esgoto. Assim, se faz necessário fazer um contraponto teórico a esse discurso para mostrar a escassez como uma contradição do próprio processo de produção e acumulação presente na cidade. Além disso, o discurso da escassez mascara a precariedade do serviço de tratamento das águas residuais (esgotos), precariedade essa que tem relação com o uso desigual do solo urbano.

Nas décadas de 1970 e 1980, que compreendeu para o setor de saneamento como o período do planejamento estatal centralizado, ocorreu uma grande expansão das estruturas de saneamento na RMSP. Isso ocorreu protagonizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) que expandiu não só a rede de distribuição, mas também os sistemas produtores de água através de recursos do governo federal, com juros subsidiados e oferecendo baixas tarifas aos usuários de seus serviços. Outro ponto que marcou esse período foi a participação do capital industrial nacional que executava as obras de expansão do serviço de saneamento com recursos do governo federal. Este, por sua vez, adotou uma estratégia de expansão dos serviços públicos de saneamento a custo de grande endividamento, o que estava alinhado com o contexto mundial de absorção dos capitais excedentes por parte dos países em industrialização. Durante esse período de expansão, o governo militar adotava um discurso de garantir uma política pública social de saneamento às cidades brasileiras que cresciam rapidamente.

No início dos anos 1990, o ideário neoliberal começa a entrar no âmbito da gestão do Estado e de seus serviços públicos. Inicia-se então uma agenda de privatização dos serviços públicos. Ainda que o saneamento tenha sido pouco afetado com essa agenda de privatização nos anos 1990, isso começou a se fortalecer a partir de 2007 com a promulgação da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445). Essa legislação criava condições favoráveis à privatização dos serviços de saneamento e à rentabilidade dos investimentos privados no setor. Nesse novo período, se fortalece o discurso de eficiência e gestão do saneamento, onde o lucro passa a ser

priorizado frente ao compromisso social com abastecimento de água e coleta de esgotos.

### **Referências Bibliográficas**

HARVEY, D. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, no. 6, 1982.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

SWYNGEDOUW, Erik. **A Cidade como um Híbrido: Natureza, Sociedade, e 'Urbanização - Cyborg'** In: Acselrad H, A Duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. DP&A Editora, Rio de Janeiro; 2001. p. 83-104.

## VALORAÇÃO AMBIENTAL E PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NA ECONOMIA FINANCEIRIZADA

Laura Amaral Faria<sup>55</sup>

**Palavras-chave:** Valoração ambiental, pagamento por serviços ecossistêmicos, comoditização da natureza, financeirização da economia.

A crise financeira de 2007 motivou a Organização das Nações Unidas-ONU a liderar um projeto para a retomada do crescimento econômico mundial através de seu Programa para o Meio Ambiente. Em outubro de 2008, com o suporte do governo da Noruega, a ONU e seus parceiros lançaram a Iniciativa para a Economia Verde para “encorajar e possibilitar que responsáveis pela formulação de políticas públicas relacionadas a economia, planejamento, finanças, trabalho, meio ambiente e outros temas apoiem maiores investimentos em ativos ambientais e produção verde” (UNEP, 2008, tradução nossa). Essa iniciativa global está intimamente ligada a outra semelhante, hospedada pela ONU: o TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), cujo foco é “tornar visíveis os valores da natureza”. O TEEB foi criado em março de 2007 na Alemanha e seus primeiros estudos foram liderados por um empresário do setor bancário, especialista em contabilidade ambiental. As matrizes conceituais/metodológicas que dão suporte às propostas de “esverdeamento” da economia integram a Economia do Meio Ambiente, que possui duas grandes vertentes: a Economia Ambiental e a Economia Ecológica.

A Economia Ambiental é um campo da economia neoclássica que procurou incorporar as novas demandas sociais através da criação de instrumentos econômicos que levassem em conta os impactos ambientais da atividade econômica. Duas grandes ramificações foram desenvolvidas para abordar esses problemas: a teoria da poluição (embasada pela teoria do bem-estar e dos bens públicos de Pigou) e a teoria dos recursos naturais (ANDRADE, 2010, p. 8). A teoria da poluição considera esta uma falha de mercado (externalidade negativa) e, para internalizar os custos da poluição, seria necessário estabelecer taxas/impostos e licenças para poluir, definidas a partir de análise custo-benefício do controle da

---

<sup>55</sup> Aluna do Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo-USP.

poluição. Já a teoria dos recursos naturais procura manejar o problema da escassez através do estabelecimento de uma “taxa ótima” de extração dos recursos, de modo a garantir e impulsionar o desenvolvimento econômico. Entretanto, não há um limite para essa taxa, ou seja, uma “taxa ótima” pode implicar extinção de espécies, bem como outros danos ambientais irreversíveis.

A Economia Ecológica, fundada na década de 1970, reconhece as insuficiências da abordagem neoclássica e buscam abordagens interdisciplinares entre economia e ecologia para tratar da questão ambiental, haja vista sua intrincada complexidade. Uma das principais referências dessa escola de pensamento é o estadunidense Herman Daly, um grande defensor do chamado crescimento zero (“estado estacionário”) e da aplicação do princípio da precaução. A Economia Ecológica parte do pressuposto de que a economia é um subsistema da natureza (capital natural), e não o contrário, como pensam os neoclássicos. Por isso, propõe a inversão da abordagem da economia neoclássica: primeiro, considera-se a capacidade de suporte do planeta; em segundo lugar, são definidos os critérios para a distribuição do acesso aos recursos entre os agentes econômicos; e, por fim, o mercado deverá conduzir a alocação dos recursos, a partir de análises de custo-benefício.

Entretanto, a Economia Ecológica compartilha das mesmas metodologias neoclássicas de valoração ambiental e não é contrária às práticas de pagamento por serviços ecossistêmicos e ambientais. Esses instrumentos de mercado vêm sendo desenhados para lidar com a problemática ambiental, e experiências envolvendo essas transações financeiras estão se multiplicando em escala global nos últimos anos. Algumas questões importantes devem ser discutidas: o que significa comoditizar serviços ecossistêmicos? Quais interesses mobilizam essas transações? Qual a força das propostas de valoração ambiental frente a maneiras diferentes de enfrentamento da questão ambiental?

Os serviços ecossistêmicos são definidos pela ONU (MEA, 2005) como os benefícios que a população humana obtém dos ecossistemas. Alguns exemplos desses serviços são: produção de água, madeira e alimentos (serviços de provisão), regulação climática e purificação do ar e da água (serviços de regulação), formação de solo, fotossíntese e ciclagem de nutrientes (serviços de suporte) e recreação (serviço cultural). A valoração ambiental atribui preços aos serviços ecossistêmicos

utilizando a teoria do valor-utilidade e a disposição a pagar dos usuários, através de métodos diretos e indiretos. Alguns exemplos de pagamentos por serviços ecossistêmicos e/ou ambientais são a cobrança pelo uso da água e o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal-REDD.

Ainda que muitas propostas de valoração ambiental tenham apenas o intuito de ilustrar a importância da conservação ambiental e, dessa forma, demandar políticas públicas e/ou ações empresariais, a utilização de uma linguagem e de ferramentas monetizadas indica que a questão ambiental deva ser tratada através de mecanismos e instrumentos de mercado. Por isso, mesmo que não defendessem o pagamento por serviços ecossistêmicos, essas pesquisas acabaram abrindo caminho para tais propostas (GÓMEZ-BAGGETHUN; RUIZ-PÉREZ, 2011). Neil Smith (2006) faz uma discussão crítica acerca da crescente comoditização da natureza e de seu papel na acumulação capitalista contemporânea, e aponta que o capitalismo verde “não se tornou nada além de uma grande estratégia para a comoditização, mercantilização e financeirização ecológicas, que radicalmente intensifica e aprofunda a penetração da natureza pelo capital” (SMITH, 2006, p. 17, tradução nossa). A comoditização da natureza, através da composição de ativos ambientais negociáveis em bolsas de valores, gera um novo circuito para o capital fictício ao produzir um lastro para a expansão da financeirização da economia. A complexificação das formas de apropriação e produção da natureza para a acumulação capitalista precisa ser acompanhada pelo aprofundamento do entendimento acerca desses processos, considerando a dimensão da crise de reprodução do capital.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Daniel Caixeta. 2010. Modelagem e valoração de serviços ecossistêmicos: uma contribuição da Economia Ecológica. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GÓMEZ-BAGGETHUN; Erik; RUIZ-PÉREZ, Manuel. 2011. *Economic valuation and the commodification of ecosystem services*. ***Progress in Physical Geography***, 35(5), 613-628. 2011.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT-MEA. 2005. **Ecosystems and Human Well-Being: Our Human Planet (Summary for Decision Makers)**. Washington, DC: Island Press. 2005.

SMITH, Neil. 2006. *Nature as Accumulation Strategy*. **Socialist Register**, 16-36, 2006.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME-UNEP, 2008. **Towards a Green Economy**. 2008. UNEP, Genebra, 2008.